ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf DANIEL HENRIQUE AGUILAR PEREIRA

A importância da liderança estratégica do Brasil, na expressão militar, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em virtude das novas ameaças do Século XXI

Rio de Janeiro
2021

Maj Inf DANIEL HENRIQUE AGUILAR PEREIRA

A importância da liderança estratégica do Brasil, na expressão militar, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em virtude das novas ameaças do Século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel Art Alan Sander de Oliveira Jones

Rio de Janeiro
2021

P436i Pereira, Daniel Henrique Aguilar.

A importância da liderança estratégica do Brasil, na expressão militar, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em virtude das novas ameaças do Século XXI. / Daniel Henrique Aguilar Pereira. ─ 2021.
102 f.: il.; 30 cm

Orientação: Alan Sander de Oliveira Jones.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)─ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 81-102

1. LIDERANÇA ESTRATÉGICA. 2. ZOPACAS. 3. ATLÂNTICO SUL. 4. NOVAS AMEAÇAS. I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf DANIEL HENRIQUE **AGUILAR** PEREIRA

A importância da liderança estratégica do Brasil, na expressão militar, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em virtude das novas ameaças do Século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em ___de novembro de 2021.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
ALAN SANDER DE OLIVEIRA JONES - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
GEORGE ALBERTO GARCIA DE OLIVEIRA - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
LUÍS FERNANDO TAVARES FERREIRA - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

DEDICATÓRIA

A minha esposa e filha uma homenagem pelo apoio e sacrifício feito devido à minha ausência nos momentos que mais marcaram este ano de intenso trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o nosso criador, princípio e fim de todas as coisas.

À minha esposa Vanessa, minha filha Manuella, por terem me dado força e ânimo para seguir em frente, para estudar e compreender que o trabalho é necessário para o bem da família.

Ao meu orientador, TC JONES, pela atenção e orientação precisa no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O Brasil ao longo do século XXI vem desenvolvendo ações para obtenção da liderança estratégica na região do Atlântico Sul. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul é importante organismo internacional na defesa dos interesses geopolíticos das nações que englobam essa área estratégica. Esse século é marcado pelo surgimento de novas ameaças no Entorno Estratégico brasileiro, incluindo a região do Atlântico Sul, afetando assim as nações componentes da ZOPACAS. Essa é uma área de grande relevância para a nação brasileira, pois além de abrigar grande parte da sua riqueza mineral, é responsável por quase a totalidade do comércio exterior do país. Nesse contexto, o Estado Brasileiro busca desenvolver ações estratégicas naquela região que é fundamental para que essa nação mantenha a soberania das suas águas jurisdicionais, bem como eleve o seu protagonismo a nível internacional. Dessa maneira, a expressão militar do Poder Nacional foi priorizada nesse trabalho em face do incremento das novas ameaças do século XXI, que geram desafios para que o Brasil incremente sua proeminência estratégica na região do Atlântico Sul. Ademais, as ações estratégicas, na expressão militar, e a cooperação em defesa, são de suma importância para mitigar essas ameaças comuns, principalmente com países da costa ocidental africana, permitindo a projeção de poder do Estado Brasileiro, tornando-o um *player* no cenário do Atlântico Sul, e em consequência, no cenário internacional.

Palavras-Chave: LIDERANÇA ESTRATÉGICA. ZOPACAS. ATLÂNTICO SUL. NOVAS AMEAÇAS.

ABSTRACT

Throughout the 21st century, Brazil has been developing actions to obtain strategic leadership in the South Atlantic region. The South Atlantic Peace and Cooperation Zone is an important international organization in the defense of the geopolitical interests of the nations that comprise this strategic area. This century is marked by the emergence of new threats in the Brazilian Strategic Environment, including the South Atlantic region, thus affecting the member nations of ZOPACAS. This is an area of great relevance for the Brazilian nation, as it is not only home to much of its mineral wealth, but is responsible for almost all of the country's foreign trade. In this context, the Brazilian State seeks to develop strategic actions in that region, which is essential for this nation to maintain the sovereignty of its jurisdictional waters, as well as elevate its role internationally. Thus, the military expression of the National Power was prioritized in this work in view of the increase of new threats of the 21st century, which generate challenges for Brazil to increase its strategic prominence in the South Atlantic region. Furthermore, strategic actions in the military expression and cooperation in defense are of paramount importance to mitigate these common threats, especially with countries on the West African coast, allowing the projection of power of the Brazilian State, making it a player in the scenario of the South Atlantic and consequently on the international scene.

Keywords: STRATEGIC LEADERSHIP. ZOPACAS. SOUTH ATLANTIC. NEW THREATS.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Entorno Estratégico Brasileiro

FIGURA 2 A área do Atlântico Sul

FIGURA 3 A importância estratégica do Atlântico Sul

FIGURA 4 Bacias produtoras de hidrocarbonetos no litoral brasileiro

FIGURA 5 A presença de recursos naturais no Atlântico Sul, no litoral africano

FIGURA 6 A importância das rotas comerciais no Atlântico Sul

FIGURA 7 A importância dos cabos submarinos no Atlântico Sul

FIGURA 8 A Amazônia Azul

FIGURA 9 A presença de recursos naturais estratégicos no litoral brasileiro

FIGURA 10 A importância da Amazônia Azul

FIGURA 11 Os países membros da ZOPACAS

FIGURA 12 A participação do Brasil na ZOPACAS

FIGURA 13 A presença de crimes ambientais no litoral brasileiro

FIGURA 14 A ameaça da pesca ilegal chinesa no Atlântico Sul

FIGURA 15 A região onde ocorre Pirataria na área estratégica do Golfo da Guiné

FIGURA 16 Ataque de piratas na área estratégica do Golfo da Guiné no ano de 2020

FIGURA 17 Área de atuação do grupo terrorista Boko Haram

FIGURA 18 A presença de grupos terroristas no Entorno Estratégico Brasileiro

FIGURA 19 A presença do Narcotráfico no Atlântico Sul

FIGURA 20 A presença do tráfico humano no Atlântico Sul

FIGURA 21 A presença da pandemia de COVID-19 no Atlântico Sul

FIGURA 22 A presença do Reino Unido no Atlântico Sul

FIGURA 23 A presença de frotas navais do EUA no Atlântico Sul

FIGURA 24 A presença das FA francesas no Atlântico Sul

FIGURA 25 Nova Rota da Seda e sua influência no Atlântico Sul

FIGURA 26 Representação gráfica (ilustrativa) do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

FIGURA 27 Representação gráfica (ilustrativa) do Sistema Dimensão 22

FIGURA 28 Representação gráfica (ilustrativa) do PROSUB

FIGURA 29 Ilustração da Cooperação do CIGS no Centro de treinamento de operações na selva do Senegal

FIGURA 30 Ilustração da Escola Nacional de Oficiais da Ativa (ENOA) no Senegal e as nações que possuem alunos nesse Escola

FIGURA 31 Foto da Jungle Warfare Mobile Training Team na RDC

FIGURA 32 Representação gráfica (ilustrativa) do míssil A-Darter

FIGURA 33 Slogan da Operação Arandu (Exercício Combinado)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Variável independente “As ações estratégicas do Estado Brasileiro, na expressão militar”

QUADRO 2 - Variável dependente “A liderança estratégica no Atlântico Sul”

QUADRO 3 - Dimensões da Amazônia Azul

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
GoG	Golfo da Guiné/*Gulf of Guinea*
ICC	*International Chamber of Commerce*
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MN	Milhas Náuticas
OI	Organização Intergovernamental/Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Política Nacional de Defesa
PNI	Política Nacional de Inteligência
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
UNDOC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**.....	3
1.1	PROBLEMA.....	5
1.2	OBJETIVOS.....	5
1.2.1	**Objetivo Geral**.....	5
1.2.2	**Objetivos Específicos**.....	5
1.3	HIPÓTESE.....	6
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	7
1.5	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	8
2	**METODOLOGIA**.....	10
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	10
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	10
2.3	VARIÁVEIS	10
2.4	COLETA DE DADOS	10
2.5	TRATAMENTO DOS DADOS.....	11
2.6	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	11
3	**REFERENCIAL TEÓRICO**.....	12
3.1	O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO.....	12
3.2	A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL	13
3.3	O CONCEITO DA AMAZÔNIA AZUL	17
3.4	A ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL.....	21
3.5	A LIDERANÇA ESTRATÉGICA.....	22
4	**AS AMEAÇAS DO SÉCULO XXI NO ATLÂNTICO SUL**	25
4.1	CRIMES AMBIENTAIS.....	26
4.2	PESCA ILEGAL	27
4.3	PIRATARIA.....	29
4.4	TERRORISMO	31
4.5	O TRÁFICO DE ARMAS, DROGAS E PESSOAS	35
4.6	PANDEMIAS	36
4.7	AMEAÇAS CIBERNÉTICAS E INFORMACIONAIS	44
4.8	A DISPUTA POR RECURSOS NATURAIS.....	45
5	**AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO ESTADO BRASILEIRO, NA EXPRESSÃO MILITAR, VISANDO A LIDERANÇA ESTRATÉGICA NO ALTÂNTICO SUL**.....	55
5.1	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL.....	55
5.2	DIMENSÃO 22	57
5.3	DEFESA CIBERNÉTICA.....	58
5.4	PROSUB.....	60
5.5	AÇÕES SUBSIDIÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS.....	62
5.5.1	Operação Amazônia Azul.....	63
5.5.2	Operação Covid-19.....	64
5.6	COOPERAÇÕES EM DEFESA	65
5.6.1	Cooperação com o Senegal.....	66
5.6.2	Cooperação com a República Democrática do Congo.....	68
5.6.3	Cooperação com a África do sul.....	69
5.6.4	Cooperação com Namíbia.....	72
5.6.5	Cooperação com a CPLP	73
5.6.6	Cooperação na América do Sul, com os países da ZOPACAS.....	74

6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	78
	REFERÊNCIAS.....	81

1 **INTRODUÇÃO**

O Atlântico Sul transformou-se em um dos centros de atenção das principais potências mundiais devido à alta demanda de recursos naturais estratégicos que essas nações necessitam para manutenção do status quo (MELO, 2018).

De acordo com a Política Nacional de Defesa (2020), o Entorno Estratégico do Brasil – área de interesse do País – compreende o Subcontinente Sul-Americano, a Costa Ocidental do Continente Africano e o Atlântico Sul, região que possui grandes reservas de recursos minerais estratégicos, que geram cobiça internacional.

O Estado Brasileiro por meio da diplomacia atuou no sistema internacional para criar uma organização intergovernamental encarregada de atingir objetivos de interesse comum através da cooperação entre as nações banhadas pelo Atlântico Sul.

Nesse contexto, a ZOPACAS foi estabelecida em 1986, com a finalidade de defender os interesses geopolíticos dos países dessa área estratégica, evitando também a militarização da região. Ademais, essa organização visa a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança na porção meridional do Oceano Atlântico (RUCKS, 2014).

Outrossim, o século XXI tem sido marcado pela multipolaridade no sistema internacional. Nesse sentido, o Atlântico Sul, apesar da presença de territórios de potências extrarregionais, como da França que possui o território da Guiana Francesa, e o Reino Unido que é uma das principais potências presentes no Atlântico Sul, pois detém a soberania de um conjunto de ilhas e arquipélagos, ao longo de toda a extensão geográfica nesse oceano, a saber: ilha de Ascensão, ilha de Santa Helena, o arquipélago de Tristão da Cunha, ilhas *Falklands,* ilhas Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul (cólar de Perólas inglês), assunto que explorar posteriormente, congrega principalmente países africanos e sul-americanos, é uma área estratégica que poderá contribuir para que esse ambiente multipolar não seja caracterizado por interações conflituosas entre os atores internacionais presentes nessa área estratégica, gerando conjuntura de cooperação e de paz sustentável.

Nesse cenário, o Estado brasileiro usufrui de uma posição estratégica, tanto em termos territoriais, devido a suas dimensões continentais, com aproximadamente 8,5 milhões de Km2, quanto em termos marítimos, em razão da extensão de 7,4 mil km de costa no Atlântico Meridional. Essa extensão da costa brasileira projeta-se

sobre o Atlântico Sul, e consequentemente sobre a África Ocidental, conferindo a esse espaço relevância estratégica comercial e de securitização (RUCKS, 2014).

Ademais, a Amazônia Azul: é um conceito de natureza político-estratégica que compreende o Mar Territorial, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a Plataforma Continental, as hidrovias e demais águas interiores brasileiras, englobando a região do Atlântico Sul, o que revela o valor da porção meridional do Atlântico para os interesses geopolíticos do Brasil (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Assim, uma das prioridades Política Nacional de Defesa atualmente é a proteção de suas águas jurisdicionais, área de aproximadamente 5,7 milhões de km2, que engloba à Amazônia Azul, com riquezas incalculáveis de animais e minerais – como o petróleo e gás natural presentes na camada do pré-sal (BRASIL, 2020).

A descoberta de jazidas de petróleo e gás natural na Bacia de Campos e na Bacia de Santos (no Pré-sal) e a exploração *offshore* desses recursos naturais estratégicos aumentaram o interesse do Estado Brasileiro no Atlântico Sul, intensificando a cobiça de potências internacionais sobre essa área do Atlântico, a exemplo da reativação da IV Frota naval dos Estados Unidos da América (EUA), com a finalidade de patrulhar as águas do Atlântico Austral (RUCKS, 2014).

Além disso, cerca de 95% do comércio do fluxo comercial de exportação brasileiro é realizado pelo mar, no qual se destaca o vigoroso crescimento do tráfego nas rotas oceânicas ligando o país aos mercados emergentes asiáticos, zona com destacado crescimento econômico no século XXI, o que demonstra a magnitude do Atlântico Sul para a expressão econômica dessa nação (NASSER, 2014).

Com relação questões securitárias, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos da América (EUA), a agenda internacional passou a dar maior importância às chamadas as novas ameaças, comumente identificadas como o terrorismo, questões de desastres ambientais, o tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas e a pirataria (DE ALMEIDA SILVA, 2006).

Dessa maneira, esse cenário mostra a necessidade de atuação do Estado Brasileiro no Atlântico Sul, na expressão militar, em virtude do aumento das ameaças no Entorno Estratégico Brasileiro e, especialmente nessa região, como o narcotráfico, o terrorismo, crimes ambientais (derramamento de petróleo), pesca ilegal etc, ou mesmo o surgimento de outras como a pirataria, a exemplo do que ocorre no Golfo da Guiné atualmente. Tais questões justificam a importância da busca pela liderança estratégica nessa área de interesse para o Estado Brasileiro.

1.1 PROBLEMA

O Brasil é um dos principais membros do ZOPACAS, sendo essa área estratégica devido a presença de recursos naturais estratégicos, o que gera a cobiça pelas principais potências internacionais e novos atores do sistema internacional.

Dessa forma, o Atlântico Sul é uma porção do oceano Atlântico, na sua porção meridional, de relevante valor geopolítico e estratégico, em que durante o século XXI tem sido marcada pelo surgimento de novas ameaças aos Estados que englobam essa região.

Nesse contexto, surge a necessidade de atuação do Estado Brasileiro, na expressão militar, no âmbito do ZOPACAS como forma de proteção dos objetivos nacionais perante a eclosão de novos desafios securitários, ou seja, devido ao surgimento de novas ameaças em potencial.

Sendo assim, o presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido em torno do seguinte problema: de que forma a atuação do Brasil, na expressão militar do Poder Nacional, no âmbito da ZOPACAS, possibilita a liderança estratégica na região do Atlântico Sul, em face das novas ameaças do século XXI?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo geral**

A presente pesquisa tem por objetivo geral descrever a atuação do Estado Brasileiro, na expressão militar, no âmbito da ZOPACAS, em virtude do surgimento das novas ameaças do século XXI para tornar-se a um ator de maior relevância regional na região do Atlântico Sul.

1.2.2 **Objetivos específicos**

a) caracterizar o Entorno Estratégico Brasileiro.
b) apresentar a área estratégica do Atlântico Sul.
c) apresentar o conceito de Liderança Estratégica.
d) apresentar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

e) apresentar a presença das novas ameaças do século XXI na região do Atlântico Sul.

f) apresentar ações estratégicas adotas pelo Estado Brasileiro, na expressão militar, em face das novas ameaças do século XXI, para alcançar a proeminência estratégica do Brasil no Atlântico Sul.

1.3 HIPÓTESE

O Brasil têm alcançado o êxito na contenção das novas ameaças do século XXI no Atlântico Sul, por meio das ações do poder nacional do Estado brasileiro, na expressão militar e devido sua atuação em organizações intergovernamentais, a exemplo da ZOPACAS.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi limitado no espaço, às novas ameaças surgidas ao Estado Brasileiro na região do Atlântico Sul e as suas respectivas ações estratégicas nessa região, na expresão militar. Quanto a limitação do tempo, esse estudo buscou estudar as ações estratégicas adotadas, pelo governo brasileiro, na expressão militar, a partir do atentado de 11 de setembro 2001 nos Estados Unidos da América, em que houve mudança na agenda da segurança internacional, até os dias atuais, visando conter as novas ameaças securitárias eclodidas a partir desse evento, cujo resultado, possibilitaram a liderança estratégica ou não do país nessa região.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

De acordo com o Glossário das Forças Armadas, o conceito do termo ameaça tem a seguinte definição:

> 1.É qualquer conjunção de atores, entidades ou forças com intenção e capacidade de, explorando deficiências e vulnerabilidades, realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de causar danos ou comprometer a sociedade nacional (a população e seus valores materiais e culturais) e seu patrimônio (território, instalações, áreas sob jurisdição nacional e o conjunto das informações de seu interesse). Ameaças ao país e a seus interesses nacionais também podem ocorrer na

> forma de eventos não intencionais (naturais ou provocados pelo homem). 2. São atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2015, p.27).

Nesse contexto, na região do Atlântico Sul, área vital do entorno estratégico brasileiro, é marcada pelo surgimento de novas ameaças no século XXI.

De acordo com a teoria da geopolítica contemporânea da Incerteza, após a decorrada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e o fim do conflito Leste-Oeste, período conhecido como Guerra Fria, em que os Estados Unidos da América e a URSS disputaram a hegemonia mundial, não haveria a esperada ordem mundial Norte-Sul, mas uma “desordem mundial” que poderá durar até 3 décadas, que engloba o período desse estudo (DE OLIVEIRA MAFRA, 2007).

Esse cenário, base da teoria Geopolítica da Incerteza, ou da Turbulência, previa uma desordem mundial seria fruto de turbulências e incertezas que ocorreriam no mundo, contribuindo para o surgimento de novas ameaças no século XXI, em diversas áreas do planeta, entre elas o Atlântico Sul.

Ademais, de acordo com Terezinha de Castro (1983), o Brasil é um país voltado para o Atlântico, por possuir grande parte de sua população debruçada no litoral. Esse fato fortalece a necessidade brasileira de buscar a securitização do Atlântico Sul, além de buscar uma liderança estratégica regional, como objetivo de evitar que as novas ameaças do século XXI comprometam a soberania, a integridade do patrimônio nacional e os demais objetivos nacionais.

Dessa forma, as instituições multilaterais, como a ZOPACAS, servem de arena para a discussão e atuação, com a finalidade de a atingir os objetivos nacionais do Estado Brasileiro, além de possibilitar a liderança estratégica no Atlântico Sul.

A relevância do assunto para o Brasil foi demonstrada pelos esforços do Governo brasileiro, a partir de 2001, para ampliar sua atuação na Amazônia Azul e por consequência no Atlântico Sul. Esse cenário pode ser verificado devido a criação de projetos estratégicos e outras ações estratégicas na expressão militar, como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), visando ampliar as capacidades de atuação das Forças Armadas nessa área estratégica,

o que demonstra a importância da liderança estratégica nessa área de interesse para o Estado Brasileiro (MARINHA DO BRASIL, 2021).

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo foi realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseou sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados participação do Brasil na ZOPACAS e as ações estratégicas do Estado Brasileiro, na expressão militar, em face do surgimento de novas ameaças do século XXI no Atlântico Sul, em livros, manuais doutrinários nacionais, livros de geopolítica, periódicos de amplitude nacional e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo do presente estudo foram as principais resoluções, acordos e ações estratégicas do Estado Brasileiro, na expressão militar do Poder Nacional no século XXI no âmbito da ZOPACAS.

Como principais amostras foram utilizadas do tipo não probabilísticas e classificadas como sendo por acessibilidade, sendo elas as ações estratégicas do Estado Brasileiro na expressão do poder nacional militar, em virtude da eclosão de novas ameaças do século XXI no Atlântico Sul.

Os dados das amostras que foram utilizados são correspondentes as ações estratégicas do Brasil, inseridos no âmbito da ZOPACAS, em vigência a partir do ano de 2001, e por serem bastante recentes, possibilitaram retratar a situação atual da liderança estratégica no Atlântico Sul, em face do surgimento de novas ameaças nessa região.

2.3 VARIÁVEIS

As variáveis do presente estudo tiveram por finalidade verificar: a forma como a atuação brasileira, na expressão militar, possibilita a liderança estratégica do país na região no âmbito ZOPACAS, em face do agravamento das novas ameaças do século XXI na região do Atlântico Sul.

Dessa forma, no contexto dessa instituição multilateral, em virtude da eclosão de novas ameaças do século XXI, na região do Atlântico Sul a variável independente foi: ações estratégicas na expressão militar do Estado Brasileiro, no âmbito da ZOPACAS.

Variável Independente	Dimensões	Formas de Medição
As ações estratégicas do Estado Brasileiro, na expressão militar	Ações estratégicas da Marinha do Brasil (MB)	Pesquisa bibliográfica
	Ações stratégicas da Força Aérea Brasileira (FAB)	Pesquisa bibliográfica
	Ações estratégicas do Exército Brasileiro (EB)	Pesquisa bibliográfica

QUADRO 01 – Variável independente “As ações estratégicas do Estado Brasileiro, na expressão militar”
Fonte: o autor

Já a variável dependente foi a liderança estratégica no Atlântico Sul.

Variável Dependente	Dimensões	Formas de Medição
A liderança estratégica no Atlântico Sul	Participação na ZOPACAS	Pesquisa bibliográfica
	Projeção de poder no Atlântico Sul	Pesquisa bibliográfica
	Ações estratégicas em face das novas ameaças do século XXI	Pesquisa bibliográfica

QUADRO 02 – Variável dependente “A liderança estratégica no Atlântico Sul”
Fonte: o autor

A medição da variável independente foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica da verificação da atuação do Brasil, na expressão militar, no âmbito da ZOPACAS, em virtude da novas ameaças na região do Atlântico Sul.

Já a variável dependente, foi medida por meio de pesquisa bibliográfica da constatação da efetivação ou não da liderança estratégica na região analisada, em razão das ações estratégicas adotas pelo Brasil, na expressão militar, em face da presença de novas ameaças do século XXI, na região do Atlântico Sul.

Dessa forma, foi possível verificar se ações estratégicas do Brasil, na expressão militar, no âmbito da ZOPACAS, em virtude do aparecimento das novas ameaças do século XXI no Atlântico Sul, possibilitam a liderança estratégica dessa nação na região.

2.4 COLETA DE DADOS

Conforme o Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa da ECEME (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso ocorreu por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, *internet,* monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, foram levantadas as fundamentações teóricas para a comprovação ou não da hipótese levantada.

2.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme o Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa da ECEME (2012), o método de tratamento de dados que foi utilizado no presente estudo foi a análise de conteúdo, no qual foram realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórico para se confirmar ou não a hipótese apresentada.

2.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido possui limitações, haja vista que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, esteve limitada às consultas realizadas pelo autor, que buscou a maior variação possível. Entendeu-se como de extrema importância a seleção criteriosa das fontes a ser utilizada no trabalho, a fim de se alcançar uma fundamentação sólida do tema pesquisado, evitando que a análise subjetiva seja tendenciosa. Enfim, a metodologia utilizada buscou evidenciar de forma objetiva e clara os seus tipos, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que a metodologia escolhida permitiu alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para prosseguimento no estudo do tema em questão, é necessário abordar alguns conceitos básicos a fim de esclarecer e proporcionar melhor entendimento do desenvolvimento desta. Tais definições serão descritas abaixo.

3.1 O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

O entorno estratégico do Brasil recebe grande atenção por parte dos documentos que traçam os objetivos nacionais e as ações estratégicas necessárias para alcançá-los.

> A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui **o Atlântico Sul e os países lindeiros da África**, assim como a Antártica. Ao Norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2020, grifo nosso).

Assim, o Entorno Estratégico do Brasil engloba o Subcontinente Sul-Americano, a Costa Ocidental do Continente Africano e o Atlântico Sul. E considerável parcela dessa região é ocupada pelo oceano Atlântico Sul. A porção meridional do Atlântico é uma área estratégica do entorno brasileiro. Nessa região, o país possui vasta fronteira, por onde transitam a maior fatia do seu comércio exterior. Essa área também é detentora de diversos recursos naturais, alguns dos quais essenciais para a economia brasileira, como as reservas de petróleo e gás natural *off-shore*, seja do pré-sal, seja da exploração de outras bacias (FONSECA, 2018).

Figura 01 – Entorno Estratégico Brasileiro
Fonte: https://www.atitoxavier.com/post/entorno-estrat%C3%A9gico-brasileiro-estabelecimento-de-bases-chinesas-e-seus-poss%C3%ADveis-desdobramentos, acessado 19 de maio de 2021.

3. 2 A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (2020), a região do Atlântico Sul abrange é uma área estratégica compreendida entre o paralelo número 16 norte, a costa oeste da África, parte do continente Antártico, o leste da América do Sul, e o leste das Antilhas Menores.

ÁREA PRIMÁRIA: Atlântico Sul, definido como a parte compreendida entre o paralelo 16°N, a costa oeste da África, a Antártica, leste da América do Sul e leste da Antilhas Menores, excluindo-se, portanto, o Mar do Caribe
AMÉRICA DO NORTE
OCEANO ATLÂNTICO
OCEANO PACÍFICO
ÁFRICA
AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO SUL
OCEANIA
OCEANO ÍNDICO
ATLÂNTICO SUL
OCEANO PACÍFICO
ANTÁRTICA
7

Figura 02 – A área do Atlântico Sul
Fonte: FONSECA (2018).

Nesse contexto, outro conceito importante é de área estratégica, que tem por definição:

> Espaço, de qualquer natureza, caracterizado pela presença ou pela possibilidade de **existência de relevantes interesses** ou de óbices de maior vulto, para a consecução da política. **Área de natureza geográfica (região) ou que envolva atividade humana (setor), na qual se aplica ação estratégica.** Espaço geográfico de interesse nacional com dimensão limitada, que, pelas próprias características, pode oferecer vantagens militares importantes, mediante seu controle ou domínio, em situações de conflito, crises ou guerra de caráter limitado ou total. (GLOSSÁRIO da FORÇAS ARMADAS, 2015, grifo nosso).

Dessa forma, a região do Atlântico Sul pode ser considerada uma área estratégica para o Estado Brasileiro, de acordo com a conceituação apresentada.

O Atlântico Sul apresenta também posições importantes com relação, a localização de recursos naturais estratégicos, a defesa nacional e passagens estratégicas como: a Foz do Amazonas, o Saliente Nordestino, o Estuário do Prata, o Estreito de Magalhães e Drake, o Saliente Africano, o Golfo da Guiné da Guiné e o Cabo da Boa esperança, conforme a figura abaixo demonstra.

Figura 03 – A importância estratégica do Atlântico Sul
Fonte: https://www.revistaoperacional.com.br/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional/, acessado 19 de maio de 2021.

Com relação ao conceito de recursos naturais, ressalta-se que alguns são considerados estratégicos tanto, pela sua utilização econômica quanto pela sua

escassez em algumas partes do mundo. Assim, a nação que possui maior quantidade ou acesso a tais recursos pode melhor utilizá-los, tanto para a sua população, quanto para a sua exploração comercial. Existem, na atualidade, uma série de recursos naturais estratégicos para o funcionamento das sociedades, de modo que a posse ou o domínio deles pode representar uma série de vantagens econômicas e até geopolíticas. Atualmente, alguns recursos naturais que se destacam sobre em termos de relevância política e de estratégia como: água doce, ouro, petróleo e gás natural (RODRIGUES, 2015).

Nesse quesito, com relação a reservas de hidrocarbonetos, o Brasil possui 29 bacias sedimentares que são de fundamental importância para a exploração de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), cuja área é de 7,175 milhões de km². Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP), das 29 bacias sedimentares existentes, 16 são marítimas (*offshore*), localizadas no litoral do Atlântico Sul, sendo a bacia Potiguar terrestre e marítima. Atualmente, o Brasil produz petróleo e gás de 12 bacias, das quais destacamos a de Santos e a de Campos, onde se localiza a produção do óleo e gás do Pré-sal. A quantidade de petróleo e gás natural produzidos atualmente nessas regiões torna o Brasil praticamente autossuficiente em termos de hidrocarbonetos (ANP, 2020).

A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União), sendo, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Com sede no Rio de Janeiro, a Petrobras, opera atualmente em 14 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados. As bacias marítimas e terrestres, distribuídas pelo Brasil, são exploradas, em grande parte pela Petrobras, local onde exerce as atividades de exploração e produção. A empresa investe em pesquisa e tecnologia para encontrar e produzir o petróleo e o gás natural entre as rochas. A maior parte das reservas na região do Atlântico Sul está em campos marítimos, em águas profundas e ultra profundas (PETROBRAS, 2021). Na figura abaixo, é possível identificar a localização das bacias marítimas e terrestres

Figura 04 – Bacias produtoras de hidrocarbonetos no litoral brasileiro
Fonte:https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/index.shtml acessado, 02 de junho de 2021.

Assim, a região Atlântico Sul é uma região privilegiada com relação a presença de recursos minerais estratégicos, tanto no litoral africano como no sul-americano. A figura abaixo demonstra a presença desses recursos na porção Atlântica da África Ocidental:

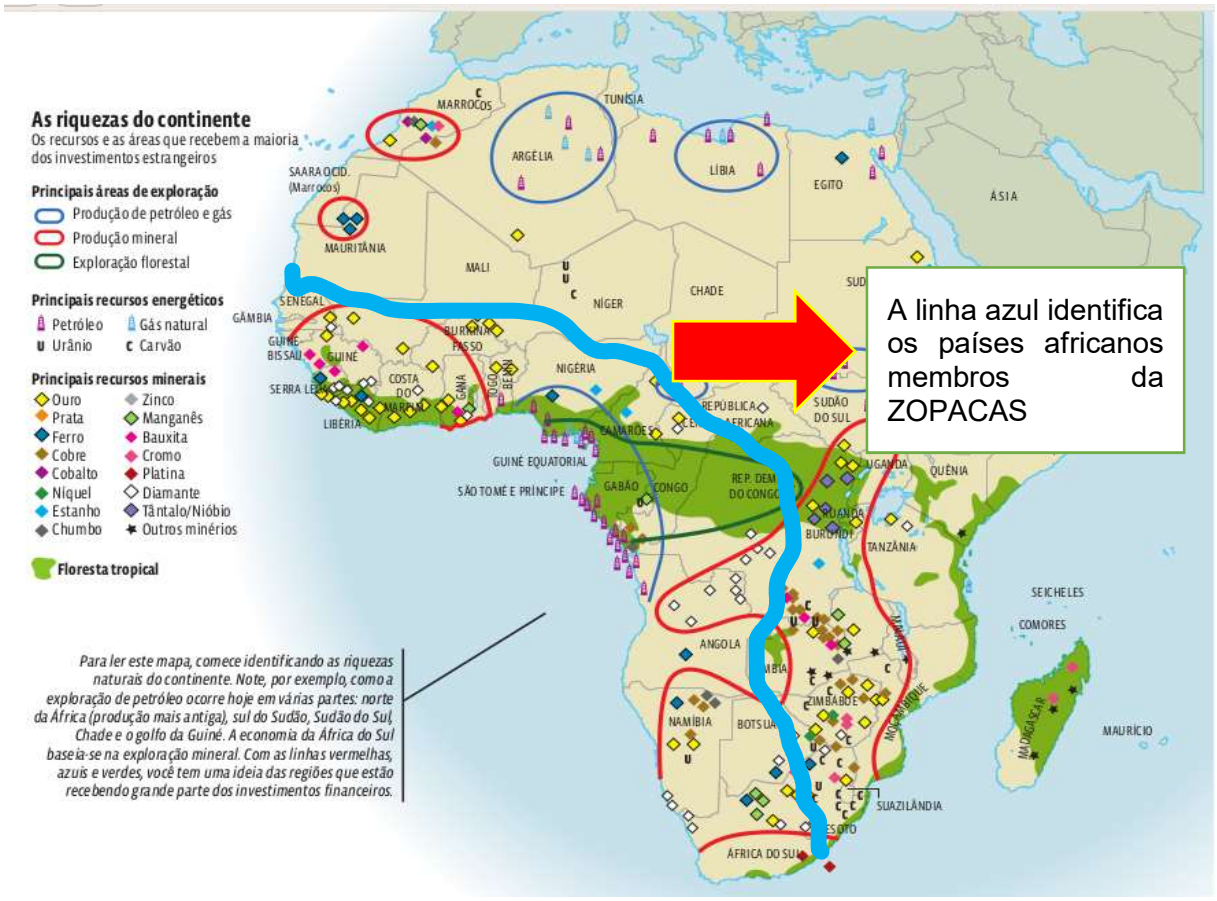

Figura 05 – A presença de recursos naturais no Atlântico Sul, no litoral africano
Fonte:https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem-play/materia-primas-ditam-a-economia-da-africa/acessado, 23 de maio de 2021.

Com relação as rotas comerciais o Atlântico Sul é uma região de extrema importância para as nações banhadas por esse oceano. O Oceano Atlântico constitui-se no principal corredor de exportação e importação do Brasil, o que o torna política e economicamente de elevada importância. Dessa forma, mais de 90% das trocas comerciais brasileiras são feitas por via marítima, a partir de 37 portos públicos e de 192 terminais de uso privado, o que representou, em 2019, um movimento aproximado de US$ 225 biliões, segundo dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil. Com uma economia globalizada, as linhas comerciais marítimas brasileiras desempenham um papel importante na economia do país. (MDIC, 2019).

O Atlântico Sul permite ligações comerciais com os diversos continentes e as principais economias mundiais conforme a figura abaixo:

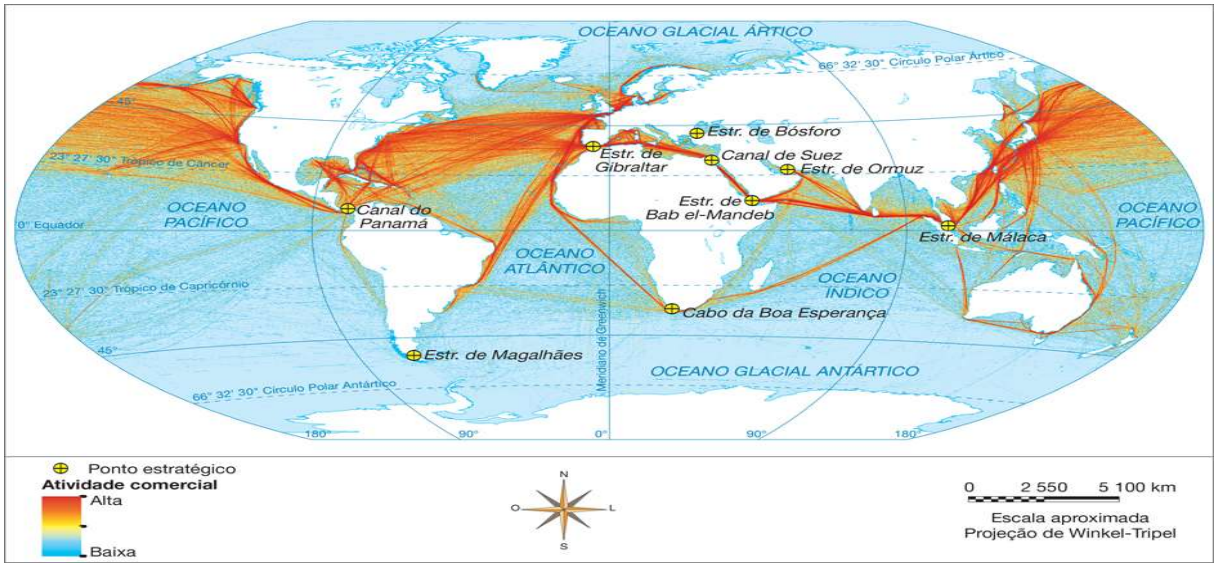

Figura 06 – A importância das rotas comerciais no Atlântico Sul
Fonte: https://brainly.com.br/tarefa/16025496, acessado 22 de maio de 2021.

Ademais, com relação a importância econômica do Atlântico Sul, atualmente, os cabos submarinos de fibra ótica são responsáveis por 99% das comunicações transoceânicas feitas em todo o mundo. Com fibra ótica, os cabos conseguem transmitir dados como voz, imagens e mensagens. Dessa forma, nessa área estratégica estão localizados os cabos submarinos de fibra ótica, primordiais para as comunicações do Estado Brasileiro e dos países membros da ZOPACAS.

Esse cenário foi materializado atualmente com a inauguração na cidade de Sines, em Portugal, do primeiro cabo submarino de fibra óptica que liga diretamente o Brasil e a Europa, passando por consequência na região do Atlântico Sul. O projeto foi financiado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que investiu €8,9 milhões; pela Comissão Europeia, que contribuiu com €25 milhões; e pela empresa EllaLink, que aplicou €150 milhões (AGUIAR, 2021).

A conexão é efetuada diretamente da cidade de Fortaleza (Brasil) a Sines (Portugal), com passagens pela Guiana Francesa, Ilha da Madeira, Ilhas Canárias e Cabo Verde, país membro da ZOPACAS. O cabo também elimina a necessidade de os dados passarem pelos Estados Unidos. De acordo com a EllaLink, que vai permitir um acesso de alta qualidade aos serviços e aplicações de telecomunicações. A promessa é de que a conexão direta de alta velocidade reduza a latência, que é a capacidade de tempo que um pacote de dados leva para ir de um ponto a outro, em até 50%. O cabo submarino tem 6 mil quilômetros de extensão. Entre outras aplicações, a infraestrutura de cabos será usada para serviços e nuvem e negócios

digitais, mas também em ações de ciência, tecnologia e educação ao longo de 25 anos, permitindo assim melhores comunicações e fluxo de informações na área do Atlântico Sul (AGUIAR, 2021).

A figura 06 demonstra a enorme quantidade de cabos submarinos que atravessam o Atlântico Sul, o que permite o fluxo de informações entre os países da ZOPACAS:

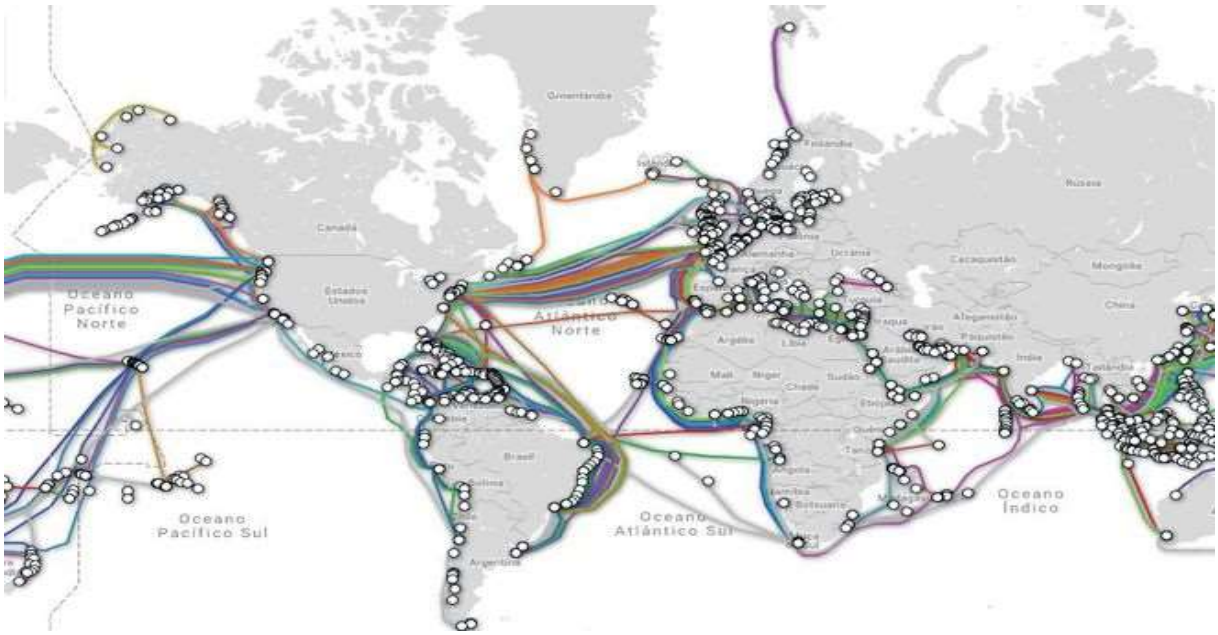

Figura 07 – A importância dos cabos submarinos no Atlântico Sul
Fonte:https://canaltech.com.br/telecom/cabos-submarinos-como-funciona-a-tecnologia-que-conecta-pessoas-e-continentes-133033/, acessado 19 de maio de 2021.

3.3 O CONCEITO DA AMAZÔNIA AZUL

O Atlântico Sul abarca a Amazônia Azul, cujo nome é dado a área marinha e fluvial pertencente ao Brasil. Na tentativa de voltar os olhos do Brasil para o mar sob sua jurisdição, por ser fonte infindável de recursos, pelos seus incalculáveis bens naturais e pela sua biodiversidade, a Marinha do Brasil criou o termo Amazônia Azul, para, em analogia com os recursos daquela vasta região terrestre, representar sua equivalência com a área marítima (MARINHA DO BRASIL, 2021). O quadro abaixo demonstra as dimensões dessa região:

Dimensões marítimas que compõem a Amazônia Azul	
Mar Territorial	157.975,47 Km2
Zona Contígua	325.328,34 Km2
Zona Econômica Exclusiva	3.575.195,81 Km2

Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas (MN)	2.094.656,59 Km2
Área Total	**5.669.852,41 Km2**

Quadro 03 – Dimensões da Amazônia Azul
Fonte: https://www.marinha.mil.br/delareis/?q=amazoniazul, acesso 20 de maio de 2021.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) tem origem em sua 3ª Conferência, encerrada em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, na Jamaica. O Brasil assinou a convenção naquela mesma data, juntamente com outros 118 países, mas só a ratificou em 1993; a CNUDM só entrou em vigor em 16 de novembro de 1994. Nela foram definidos os espaços marítimos: o Mar Territorial, que não deve ultrapassar o limite de 12 milhas náuticas (MN); a Zona Contígua, adjacente ao mar territorial, cujo limite máximo é de 24 MN e é medida a partir das linhas de base do mar territorial; a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), medida a partir das linhas de base do mar territorial e que não deve exceder a distância de 200 MN; e a Plataforma Continental, que compreende o solo e o subsolo das áreas submarinas, além do mar territorial, podendo estender-se além das 200 milhas até o bordo exterior da margem continental. A distância máxima está limitada a 350 milhas, a contar da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial (MARINHA DO BRASIL, 2021).

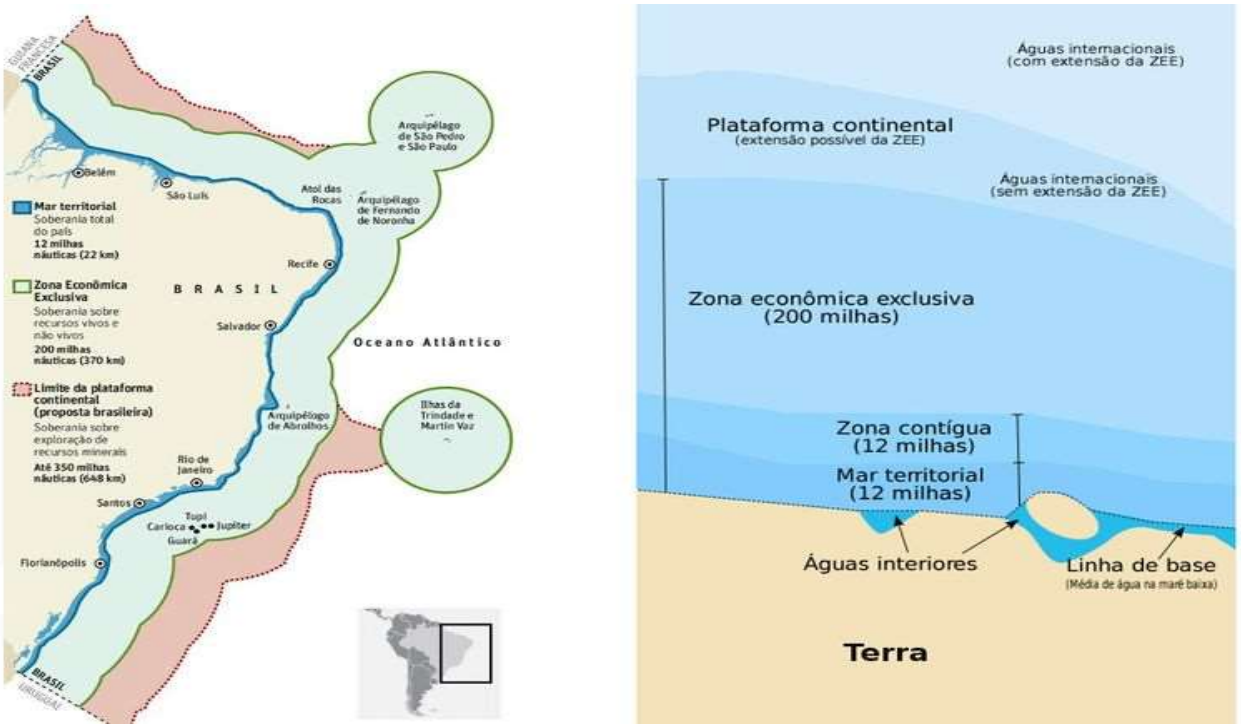

Figura 08 – A Amazônia Azul e Linha Base
Fonte: https://www.tempo.com/noticias/actualidade/amazonia-azul.html, acessado 19 de maio de 2021.

Com relação ao setor econômico, nessa região da Amazônia Azul além do intenso comércio exterior brasileiro, cerca de 91% do petróleo e 73% do gás natural são produzidos nessa área estratégica (GALANTE, 2018). Nesse contexto, no litoral brasileiro no Atlântico Sul, na área que abarca a Amazônia Azul encontram-se presentes diversos recursos naturais estratégicos conforme a figura abaixo:

Figura 09 – A presença de recursos naturais estratégicos no litoral brasileiro, na Amazônia Azul
Fonte:https://www.naval.com.br/blog/2018/11/07/brasilia-recebe-o-simposio-amazonia-azul-2018-patrimonio-brasileiro-a-preservar-e-proteger/, acessado 19 de maio de 2021.

Adicionalmente a essa pujança na área econômica e energética, têm-se riqueza em biodiversidade. Essa porção do Atlântico Sul é crucial na regulação do clima, absorvendo e paulatinamente liberando imensas quantidades de calor, no processamento de nutrientes, por meio de ciclos naturais, e contempla ampla gama de serviços, reservas minerais e alimentos, que beneficiam grande parcela da população brasileira (GALANTE, 2018).

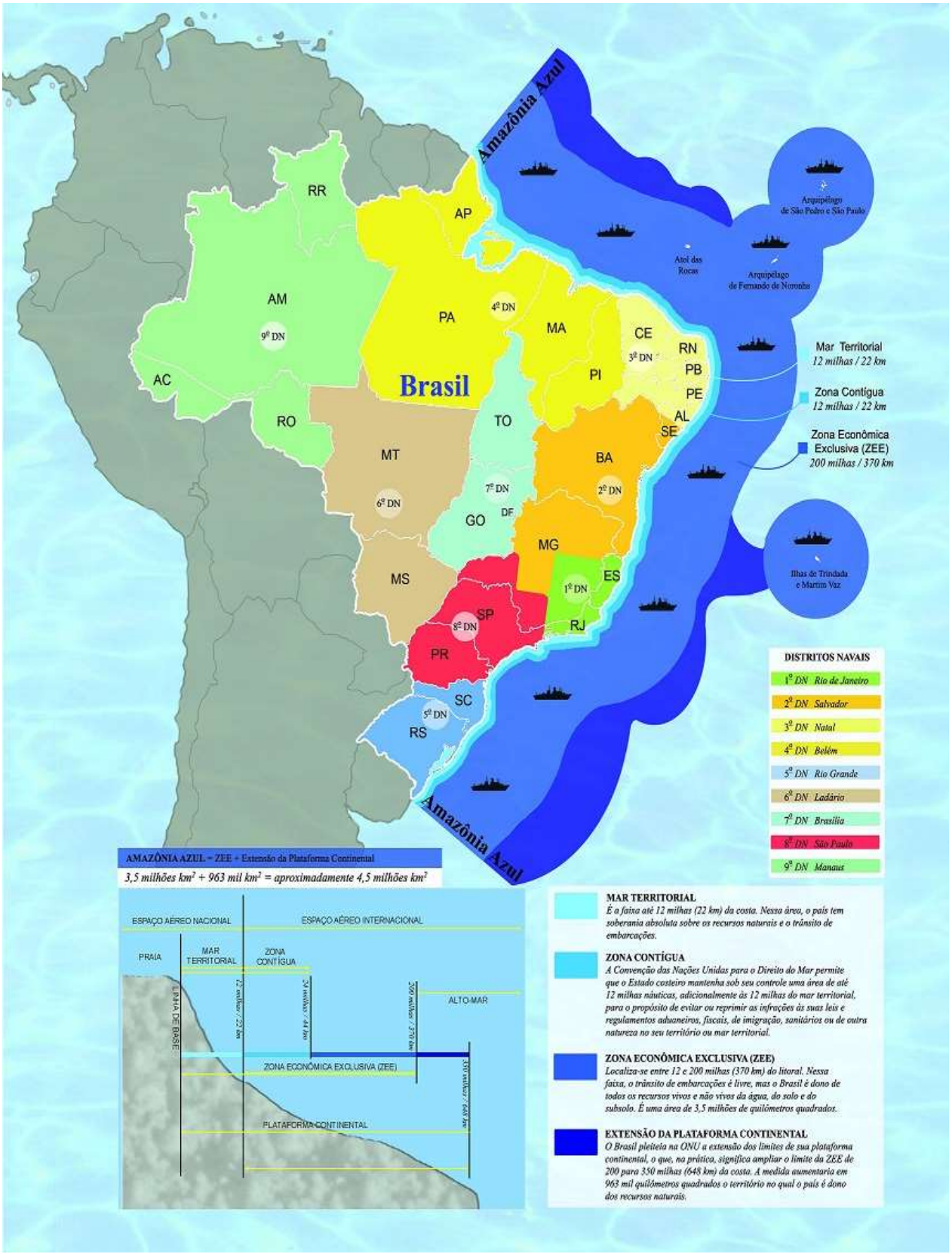
Amazônia Azul
Brasil
RR
AP
AM
PA
4º DN
MA
CE
3º DN
RN
PB
PE
AL
SE
PI
AC
9º DN
RO
TO
MT
6º DN
7º DN
GO
DF
BA
2º DN
MG
ES
1º DN
MS
SP
8º DN
RJ
PR
SC
5º DN
RS
Arquipélago de São Pedro e São Paulo
Atol das Rocas
Arquipélago de Fernando de Noronha
Ilhas de Trindade e Martim Vaz
Mar Territorial
12 milhas / 22 km
Zona Contígua
12 milhas / 22 km
Zona Econômica Exclusiva (ZEE)
200 milhas / 370 km
DISTRITOS NAVAIS
1º DN Rio de Janeiro
2º DN Salvador
3º DN Natal
4º DN Belém
5º DN Rio Grande
6º DN Ladário
7º DN Brasília
8º DN São Paulo
9º DN Manaus
AMAZÔNIA AZUL = ZEE + Extensão da Plataforma Continental
3,5 milhões km² + 963 mil km² = aproximadamente 4,5 milhões km²
ESPAÇO AÉREO NACIONAL
ESPAÇO AÉREO INTERNACIONAL
PRAIA
MAR TERRITORIAL
ZONA CONTÍGUA
LINHA DE BASE
12 milhas / 22 km
24 milhas / 44 km
200 milhas / 370 km
ALTO-MAR
ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE)
350 milhas / 648 km
PLATAFORMA CONTINENTAL
MAR TERRITORIAL
É a faixa até 12 milhas (22 km) da costa. Nessa área, o país tem soberania absoluta sobre os recursos naturais e o trânsito de embarcações.
ZONA CONTÍGUA
A Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar permite que o Estado costeiro mantenha sob seu controle uma área de até 12 milhas náuticas, adicionalmente às 12 milhas do mar territorial, para o propósito de evitar ou reprimir as infrações às suas leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração, sanitários ou de outra natureza no seu território ou mar territorial.
ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE)
Localiza-se entre 12 e 200 milhas (370 km) do litoral. Nessa faixa, o trânsito de embarcações é livre, mas o Brasil é dono de todos os recursos vivos e não vivos da água, do solo e do subsolo. É uma área de 3,5 milhões de quilômetros quadrados.
EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL
O Brasil pleiteia na ONU a extensão dos limites de sua plataforma continental, o que, na prática, significa ampliar o limite da ZEE de 200 para 350 milhas (648 km) da costa. A medida aumentaria em 963 mil quilômetros quadrados o território no qual o país é dono dos recursos naturais.

Figura 10 – A importância da Amazônia Azul
Fonte: https://www.marinha.mil.br/delareis/?q=amazoniazul, acessado 19 de maio de 2021.

Nessa região, durante o século XXI, se tem percebido aumento de ameaças e a possibilidade do surgimento de novas, o que demonstra a necessidade de atuação precípua do Estado Brasileiro, visando alcançar a liderança estratégica regional.

3.4 A ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS)

De acordo com Ministério da Defesa (2021), a ZOPACAS foi criada pelas Nações Unidas em 1986, com o objetivo de promover a cooperação econômica e comercial, científica e técnica, política e diplomática e na manutenção da paz na região, bem como, por meio do multilateralismo, aproveitar todo o potencial socioeconômico da área do Atlântico Sul. Dessa forma, mediante a resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a ZOPACAS, foi criada em no final do século XX, por iniciativa do Brasil, visando a cooperação regional e a segurança na porção Meridional do Atlântico.

Na ocasião, a iniciativa brasileira foi amparada por grandes expectativas, o que gerou questões prioritárias, como: a criação de uma zona livre de armas nucleares; a proteção do meio ambiente; e a luta contra o tráfico de drogas e armas (MARINHA DO BRASIL, 2020). Essa instituição multilateral enfrenta novos desafios em virtude do surgimento das novas ameaças nesse início de século XXI.

A ZOPACAS é composta por vinte e quatro Estados. Os membros são: a África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai, o que exalta a dimensão dessa organização.

O Estado Brasileiro visualiza a ZOPACAS como um fórum de discussão multilateral de questões relacionadas à segurança e defesa de área estratégica e como facilitador de ideias e concretas ações. Além disso, essa organização intergovernamental (OI) promove oportunidades comerciais significativas entre seus membros. Assim, essa OI é importante tanto para o Brasil quanto para os demais Estados membros (MARINHA DO BRASIL, 2020).

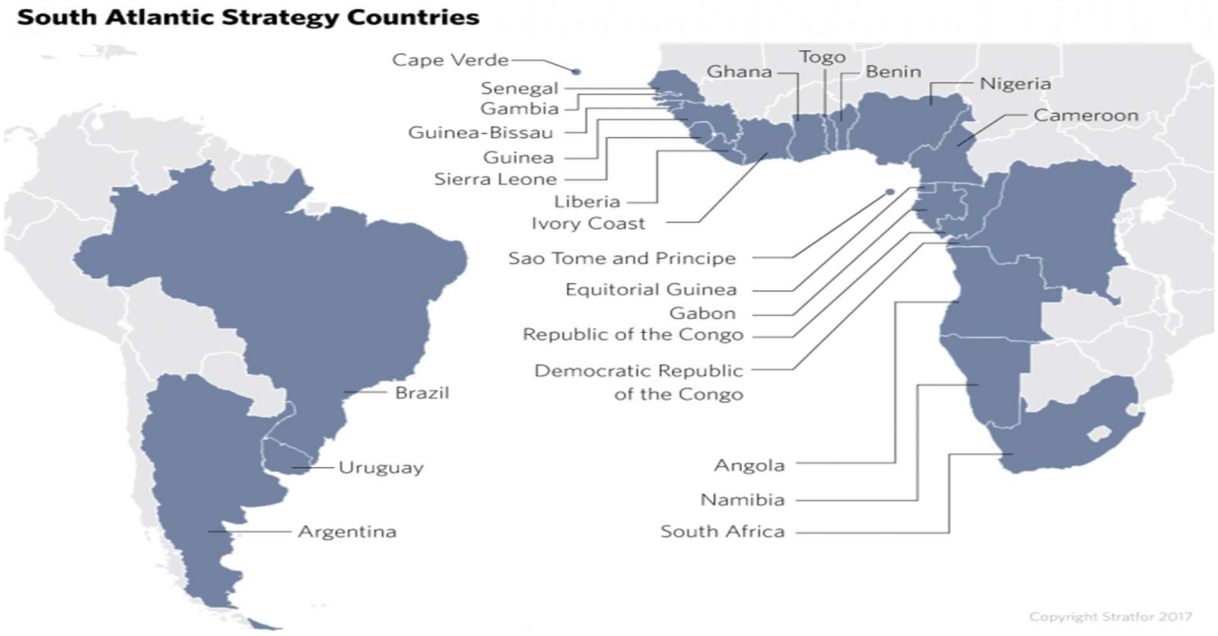

Figura 11 – Os países membros da ZOPACAS
Fonte:https://www.defesaaereanaval.com.br/defesa-nacional/governo-aponta-risco-de-conflito-na-america-do-sul-citando-pre-sal-e-amazonia, acessado 19 de maio de 2021.

Nesse contexto, o Brasil como um dos principais membros dessa organização, emprega seu poder nacional na expressão militar, para projeção internacional nesse cenário diante das atuais ameaças securitárias, visando alcançar a liderança estratégica regional (RODRIGUES, 2020).

3.5 A LIDERANÇA ESTRATÉGICA

A Estratégia Nacional tem o seguinte conceito, de acordo com manual de Doutrina de Operações Conjuntas: “é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices existentes ou potenciais, conquistar e manter os objetivos estabelecidos pela Política Nacional” (BRASIL, 2011, p.93)

Já com relação a liderança estratégica, de acordo com o Manual de Fundamentos Estratégia, o líder estratégico é o ator internacional quem mais deve exercitar a arte de implementar estratégias que congreguem o esforço nacional ou institucional para a consecução dos objetivos pretendidos pela nação, em determinada região (BRASIL, 2020, p. 2-6). Assim, verifica-se a necessidade de adoção de ações estratégicas, na expressão militar no Atlântico pelo Estado Brasileiro, com a finalidade para atingir o objetivo da liderança estratégica na porção meridional do Atlântico.

Nesse contexto, referente ao conceito de liderança regional. O cientista político Daniel Flemes (FLEMES, 2007) elenca quatro critérios que definem a identidade de um líder regional:

1) A formulação do desejo de liderança;
2) A posse de recursos de poder necessários para a liderança;
3) O emprego de instrumentos de política internacional; e
4) A aceitação de seu papel de líder pelos países liderados.

Dessa maneira, o Estado Brasileiro vem atuando em OI, como a ZOPACAS, e empregando seus recursos de poder, com o interesse de alcançar a liderança estratégica no Atlântico Sul (BARBOSA, 2015).

zone of peace and cooperation of the south atlantic
zona de paz e cooperação do atlântico sul
paz y cooperación del atlántico sur

Figura 12 – A participação do Brasil na ZOPACAS
Fonte: https://www.marinha.mil.br/simposiozopacas/pt-br/node/26, acessado 23 de maio de 2021.

Ainda, com relação a liderança estratégica, esse conceito implica em tomar decisões que interessam a diferentes nações, culturas, agências, agendas, personalidades e desejos. Ela exige que se concebam planos factíveis, desejáveis e aceitáveis à própria organização e a seus parceiros – nos casos combinados, multi-agências ou multinacionais. A liderança estratégica exige a capacidade de tomar decisões firmes e racionais, especificamente decisões que trazem consequências e graves implicações. (CARDOSO, 2014). Esse cenário é evidenciado na região do Atlântico Sul, em que para se alcançar a liderança estratégica será necessária levar em consideração os fatores mencionados acima, uma vez que a área engloba nações com interesses e culturas distintas.

Ademais, com relação ao conceito da liderança estratégica esse pode ser relacionado a pessoas que conduzem os destinos dos Estados ou organizações. Assim, no aspecto pessoal, a visão dos líderes estratégicos que conduzem o Estado Brasileiro é especialmente crucial na identificação do que é importante para essa nação com relação à definição dos diversos processos relacionados à expressão militar, levantando necessidades quantitativas e qualitativas de pessoal, material, logística e tecnologia, a fim de subsidiar decisões críticas que irão determinar a estrutura e a capacidade das Forças Armadas (JUNIOR, 2008).

Ainda nesse quesito pessoal, a liderança estratégica pode ser conceituada como a capacidade que os líderes de uma organização ou Estado possuem de preparar sua instituição ou nação para o futuro. Isto significa influenciar pessoas – integrantes da própria organização, membros dos diversos setores do governo, elites políticas – por meio de propósitos significativos, direções claras e motivação consistente. Significa, também, acompanhar o andamento dos planos correntes, alterando rumos e processos, em busca do aperfeiçoamento da Instituição – tendo a certeza de que o pessoal está adequadamente preparado e motivado, e que seus processos, equipamentos e estruturas estão prontos para os futuros desafios (JUNIOR, 2008). Nesse contexto, a liderança estratégica no aspecto pessoal cresce de importância, pois os líderes no nível político e militar tomaram decisões que irão influenciar no futuro do Estado Brasileiro e das Forças Armadas.

4 AS AMEAÇAS DO SÉCULO XXI NO ATLÂNTICO SUL

O Glossário das Forças Armadas (2015, p.185) descreve óbice como sendo obstáculos de toda ordem que dificultem ou impeçam a conquista ou a manutenção de objetivos.

Já o manual de Fundamentos Estratégia, do Exército Brasileiro (EB), define óbices da seguinte forma:

> **Os óbices**, existentes ou presumíveis, podem dificultar ou impedir ações nas **áreas estratégicas**. Em termos nacionais, podem ser de ordem material ou intangíveis. Resultam da natureza (secas, inundações), de fatos sociais (pobreza, analfabetismo) ou da própria vontade humana. Podem decorrer de condições estruturais ou conjunturais e variar na essência, na intensidade e na forma como se manifestam. Enquadram-se nesse contexto as vulnerabilidades de um país, quais sejam, aqueles pontos fracos que podem ser aproveitados pelo poder adverso em caso de confronto. **Para as vulnerabilidades, deve haver ações estratégicas que impeçam sua utilização pelo oponente** (BRASIL, 2020, p.2-2, grifo nosso).

Nesse sentido as ameaças presentes na atualidade no Atlântico Sul podem ser consideradas óbices que dificultam objetivo do Brasil exercer influência e desenvolver a liderança estratégica no seu Entorno Estratégico.

O Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre, aborda sob o caráter difuso das ameaças:

> **Uma ameaça** – concreta (identificável) ou potencial – pode ser definida como a **conjunção de atores, estatais ou não**, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o País e seus interesses nacionais, com possibilidades de causar danos à sociedade e ao patrimônio. **Ameaças ao País e aos seus interesses nacionais também podem ocorrer na forma de eventos não intencionais, naturais ou provocados pelo homem.** Apesar da ocorrência de conflitos bélicos, com o empenho de numerosos efetivos, a declaração formal de guerra entre Estados deixou de ser a regra (BRASIL, 2019, p.2-5, grifo nosso).

Ademais, o mesmo Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre aborda os novos tipos de ameaças enfrentadas pelo Estado Brasileiro no século XXI.

> **Novos tipos de ameaças** ganharam importância, exigindo que os Estados estejam aptos para o combate ao terrorismo; a proteção da sociedade contra as armas de destruição em massa; a participação em missões de manutenção e/ou imposição da paz sob a égide de organismos internacionais**; a ajuda à população em caso de catástrofes provocadas pela natureza;** e **o controle de contingentes populacionais ou de recursos escassos (energia, água ou alimentos)** (BRASIL, 2019, P.1-1, grifo nosso).

Com relação as novas ameaças merecem destaque, o acrônimo VUCA (*Volatility*/volatilidade, *Uncertainty*/incerteza, *Complexity/* complexidade, *Ambiguity/*ambiguidade), criado por T. Owen Jacobs, no livro *Strategic Leadership*: *The Competitive Edge*, popularizou-se entre os estudiosos do fenômeno da liderança a partir de sua adoção pelo *War College*, do Exército dos EUA, na década de 2000. Os termos servem para definir as principais características do ambiente na Era da Informação no século XXI e as incertezas com relação ao surgimento de novas ameaças aos Estados, fatores que influenciam os líderes nos níveis político e estratégico na tomada de suas decisões (FILHO, 2020).

Outrossim, as guerras e conflitos armados da Era da Informação não estão mais restritos a teatros de operações bem delimitados e inimigos facilmente identificáveis e distinguíveis. Esses inimigos podem ser tanto Estados, quanto organizações não estatais, terroristas, criminosas ou mesmo indivíduos isolados. As ameaças do século XXI, quanto à segurança são variadas e difusas e exigem do poder político a utilização de meios que extrapolem o simples emprego do poder militar, resultando em uma combinação ilimitada de meios, objetivando a contenção dessas ameaças (GREGORY, 2016).

Outrossim, a conjuntura mundial no século XXI modificou sensivelmente a percepção e a conduta dos Estados nacionais, das organizações e dos indivíduos, realçando os chamados temas globais e transnacionais. A criminalidade organizada; o narcotráfico; o terrorismo e o seu financiamento; as armas de destruição em massa; e as atividades ilegais envolvendo o comércio de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis são algumas ameaças globais cujo enfrentamento demanda uma efetiva cooperação internacional (PNI, 2016).

A prevenção contra essas ameaças pode ser realizada por ações no setor da defesa nacional, gerenciamento de crises, cooperação de segurança internacional e dissuasão. Essas atividades visam ao estabelecimento, a moldagem, a manutenção e ao aperfeiçoamento das relações com outros países, como ocorre no âmbito da ZOPACAS. Nesse sentido, o Estado Brasileiro, na sua expressão militar, se depara com novos desafios e complexidades. Os conflitos atuais tendem a ser limitados, não declarados, convencionais ou não, e de duração imprevisível. As ameaças são cada vez mais fluidas e difusas (BRASIL, 2019).

Nesse contexto, a seguir, serão apresentadas as principais ameaças no século XXI na região do Atlântico Sul.

4.1 CRIMES AMBIENTAIS

Os crimes ambientais são ameaças aos Estados Banhados pelo Atlântico Sul. A questão ambiental tem pautado diversos fóruns internacionais como Agenda 2030 e o Tratado de Paris de 2015 e merece ser analisada em suas distintas frentes. A primeira delas é a ocorrência de crimes ambientais, que podem ter repercussão prolongada e negativa, como ocorreu no vazamento de óleo na costa brasileira em 2019. O segundo é seu aspecto econômico. Desastres ambientais são uma forte ameaça à economia, devido à degradação das fontes de arrecadação pelo turismo, pelos custos que impõem à saúde pública ou, ainda, pelas restrições operacionais que geram em determinadas áreas marítimas (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Nesse contexto, um tipo de ação criminosa/terrorista é possibilidade de lançamento proposital de materiais poluentes no mar, prejudicando o meio ambiente marinho e a economia de regiões litorâneas, principalmente, voltadas para o turismo e a pesca (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Esse cenário, foi materializado no Brasil no ano de 2019, em que as praias dos nove Estados do Nordeste, conhecidas no mundo inteiro por seu potencial turístico, sofreram com o surgimento de manchas de óleo de origem misteriosa que poluíram mais de 60 cidades do litoral. O potencial poluente mais de 130 toneladas do óleo cru que foram recolhidas das praias no episódio que já é considerado o maior desastre ambiental do país em extensão territorial. Essa situação levou ao Estado Brasileiro a adotar ações estratégicas, na expressão do poder militar para conter essa ameaça na região do Atlântico Sul (FRANÇA, 2019).

A figura abaixo demonstra a região afetada pelo vazamento de óleo no litoral brasileiro no Atlântico Sul:

Figura 13: A presença de crimes ambientais no litoral brasileiro
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=S6Vwv3GAy9Y&ab_channel=BandJornalismo, acesso 20 maio, 2021.

Nesse contexto, os crimes ambientais e outras situações relacionadas a questão ambiental, como possíveis mudanças climáticas e outras causas, antrópicas ou não, podem gerar catástrofes com consequentes rupturas de atividades econômicas, escassez de recursos naturais e deslocamentos populacionais, ameaçando a estabilidade das nações banhadas pelo Atlântico Sul. Esse cenário evidencia a necessidade de ações estratégicas na expressão militar para adquirir a capacidade de impor sanções a países que tenham responsabilidade por crimes cometidos ZEE dos membros países da ZOPACAS (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

4.2 PESCA ILEGAL

A pesca é importante atividade econômica para as nações banhadas pelo Atlântico Sul. Das 12 mil espécies de peixes registadas, 10% ocorrem na área marítima sob a jurisdição do Brasil. Além disso, há inúmeras rotas migratórias de espécies que passam pelo mar do país. Aproximadamente 43 milhões de habitantes vivem nos 385 municípios da costa brasileira, que concentra 70% do Produto Interno Bruto (PIB). A produção pesqueira na Amazônia oscila entre 500 e 600 mil toneladas por ano, o que demonstra a importância da pesca para maior nação da ZOPACAS (SILVA, 2020).

A pesca predatória ou ilegal é definida como a retirada de indivíduos de uma população natural em uma velocidade superior à capacidade de recuperação do estoque. Isto significa que, em uma população sobre explorada, a quantidade de peixes removida é maior do que o ganho de novos indivíduos a partir da reprodução de seus integrantes, levando ao declínio e, em casos mais acentuados, à extinção da população (DE SOUZA, 2014). Esse tipo de atividade é uma ameaça as nações banhadas pelo Atlântico Sul.

Atualmente, a pesca ilegal (predatória) provoca um custo mundial da ordem de 23 bilhões de dólares ao ano, o que corresponde a um peixe em cada cinco capturados. Somente na América Latina, em países situados no entorno estratégico brasileiro, 2,4 milhões de pessoas vivem diretamente da pesca e aquicultura e são afetadas por essa atividade ilícita (MARINHA DO BRASIL).

Os casos de pesca ilegal, não regulamentada e não reportada (INRNR) nas águas sul-americanas, no Atlântico Sul, vêm representando uma ameaça para a manutenção da soberania dos países costeiros sobre suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) e seus recursos. Nesse contexto, a frota pesqueira de barcos de diversas bandeiras, sendo a maioria chinesa tem ameaçado a soberania das nações banhadas pela porção Meridional do Atlântico (JUNIOR, 2020)

A pesca ilegal praticada por navio chineses, devido a necessidade de segurança alimentar dessa nação tem afetado a segurança de membros da ZOPACAS. Em 2020, a Marinha Argentina, sob o comando do Ministério da Defesa, informou que, o navio patrulha oceânico ARA P51 "Bouchard" detectou e capturou barcos pesqueiros chineses, que estavam operando ilegalmente, na Zona Econômica Exclusiva da Argentina (MARINERA, 2020).

Dessa forma, tal atividade, além de drenar as economias dos países costeiros do Atlântico Sul, degrada o meio ambiente e a biodiversidade marinha. Tal postura oriunda de embarcações, como as chinesas, pode gerar eventuais ameaças de caráter econômico, ambiental e humanitário, evidenciado a necessidade de atuação conjunta para enfrentar essa ameaça, das nações do ZOPACAS (JUNIOR, 2020). A figura abaixo demonstra o aumento da pesca ilegal de navios chineses no ano de 2020, no entorno estratégico brasileiro e por consequência no Atlântico Sul:

Chinese Fishing Fleet in 2020
PACIFIC OCEAN
Venezuela
Colombia
Ecuador
SOUTH AMERICA
Peru
Brazil
Bolivia
CHL
Paraguay
Argentina
URY
ATLANTIC OCEAN
Exclusive Economic Zone
Fishing spots
ROUTES
January to April
May to June
July to early September
(Predicted) Late September to December
TARGET SPECIES
Humboldt Squid or "Giant Squid" Dosidicus gigas
Argentine shortfin squid Illex argentinus
TIMELINE
January to April
Fleet split in two with one part fishing east of the Galápagos Exclusive Economic Zone (EEZ) and the other part fishing near Argentina's EEZ.
May to June
The two parts leave their fishing spots to re-unite near Peru. From there they travel northeast towards the Galápagos EEZ.
July to early September
The fleet, around 300 vessels strong, fishes on the south edge of the Galápagos EEZ, with some vessels potentially entering the EEZ to fish illegally.
(Predicted) Late September to December
The fleet spreads out around the southern Peruvian EEZ to fish, before most, though not all, the fleet makes its way back to international waters near Argentina – at least if previous years are anything to go by.
Proximidade das ações de pesca chinesa próximas ao litoral brasileiro.
N
ILLEGALLY OR ACCIDENTALLY CAUGHT SPECIES
Vulnerable
Near Threatened
Threatened
Endangered
insightcrime.org
Tuna
Albacore/Yellowfin Tuna Thunnus Albacares
Pacific Bluefin Thunnus Orientalis
Bigeye Tuna Thunnus Obesus
Shark
Hammerhead Shark Sphyrna Lewini
Silky Shark Carcharhinus Falciformis
Pelagic Thresher Shark Alopias Pelagicus
Manta Rays
Giant Manta Ray Manta Birostris
Reef Manta Ray Manta Alfredi
Other
Sea Turtles
Dolphins
Billfish
November 2020
Sources: Media Review, InSight Crime investigation

Figura 14: A ameaça da pesca ilegal chinesa no Atlântico Sul
Fonte: https://www.opendemocracy.net/pt/pesca-ilegal-china-galapagos-biodiversidade-pacifico-america-latina/, acesso 20 maio, 2021.

4.3 PIRATARIA

A pirataria é um ilícito internacional, previsto no art. 101 da CNUDM, convenção que foi promulgada pelo governo brasileiro através do Decreto nº 99.165/1990. De acordo com o artigo 101.º da CNUDM, pirataria é "todo o ato ilícito de violência ou de detenção ou todo o ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra: [...] um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos; [...] um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado", bem

como ações que de alguma forma contribuam para a consecução destes atos (SILVA, 2020).

Dessa forma, outro exemplo de ameaça do século XXI na região do Atlântico Sul é a pirataria. Historicamente, este ilícito vem atingindo a navegação e o comércio internacionais, com o intuito de auferir lucro por parte de grupos adversos ou organizações criminosas. Suas causas estão diretamente relacionadas com as condições socioeconômicas dos Estados costeiros e, por essa razão, a sua incidência é limitada a determinadas regiões do planeta, nomeadamente, o Golfo da Guiné (GoG), o Sudeste Asiático e a costa da Somália. (JUDICE, PIÑON, 2016).

Atualmente, com o incremento da atividade *offshore*, de produção de petróleo e gás natural, principalmente no litoral de países com graves problemas socioeconômicos, têm ocorrido, cada vez mais, casos de pirataria contra instalações e estruturas petrolíferas no mar (MARINHA DO BRASIL, 2020).

O desenvolvimento da pirataria moderna tem uma dimensão política importante. Essa ameaça pode ser dividida em três etapas. Na primeira, uma população costeira pobre lança-se ao banditismo marítimo, atacando os navios mercantes mais vulneráveis, situação essa associada à falência do Estado, incapaz de fazer valer sua soberania e suas leis. A segunda refere ao reagrupamento de piratas, onde os grupos mais fortes absorvem os demais, ampliando seu potencial e suas capacidades de atacar navios maiores e a distâncias mais afastadas da costa. Por fim, na terceira etapa, os grupos mais fortes transformam-se em verdadeiras comunidades, reforçando sua capacidade para prática de tais atos (WEDIN, 2015).

Esse tipo de ameaça, bastante antigo no mundo, que aflige as águas outrora serenas do Atlântico Sul e que pode colocar em risco a segurança nacional dos países da região. Essa atividade atroz já era comum na costa leste africana, sobretudo na região conhecida como Chifre da África, desde o início da década de 1990. Recentemente, fatos apontam que piratas migraram para a costa oeste do continente, principalmente junto ao Golfo da Guiné, área que faz parte do entorno estratégico brasileiro e possui reservas de recursos naturais estratégicos, o que coloca em risco a segurança da navegação comercial no Atlântico Sul (FONSECA, 2018). A figura abaixo demonstra a região do Golfo da Guiné:

Figura 15: A região onde ocorre Pirataria na área estratégica do Golfo da Guiné
Fonte: https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/golfo-da-guine-e-o-novo-grande-hotspot-da-pirataria-naval---potencias-mundiais-da-marinha-mercante-comecam-a-temer-pelo-futuro---angola-esta-no-radar-da-criminalidade-no-mar-101349.html, acesso em 25 maio de 2021.

> A região do Golfo da Guiné, que se estende de **Cabo Verde a Angola**, é o principal centro de tráfego e plataforma do rápido crescimento económico da região, o qual tem aumentado a uma média de 7 por cento desde 2012. O Golfo da Guiné também se transformou numa plataforma global de aprovisionamento de produtos energéticos pois transitam pelas suas águas importantes quantidades de todos os produtos petrolíferos consumidos na Europa, América do Norte e Ásia. Em 2012, o Golfo da Guiné superou o Golfo de Áden (de má fama devido à ocorrência de sequestros no alto mar) **como a região do mundo que maior número de ataques de pirataria tem sofrido.** Os assaltos cometidos também foram sendo cada mais violentos. Dada a escassez de meios de segurança marítima ao largo da costa ocidental africana, os narcotraficantes da América do Sul descobriram nesta região uma atraente rota de tráfico para a Europa**. O Golfo da Guiné é assolado pelo roubo de petróleo e o aprovisionamento ilegal de produtos petrolíferos**. Só a Nigéria perde por dia 40.000 a 100.000 barris de petróleo devido ao roubo. Estima-se que a pesca ilegal, não regulamentada ou não declarada represente 40 por cento das capturas anuais da região, sendo nas águas da África Ocidental que se regista o mais alto nível de pesca ilegal do mundo (ANYIMADU, 2013, grifo nosso).

A insegurança marítima do Golfo da Guiné está em escalada, suscitando esforços entre atores regionais e extrarregionais. O relatório sobre pirataria e roubo armado registrou, entre 2019 e 2020, um aumento de 64 para 82 incidentes no Golfo da Guiné. Destacam-se os 22 casos (17 em alto mar) com 130 tripulantes sequestrados (95% dos casos globais) e os 80% de ataques portando armas de fogo (ICC, 2020). Esse cenário tem conduzido ao Estado Brasileiro, empregar seu

poder Nacional na expressão militar, participando de exercícios e operações militares, com a finalidade conter esse tipo de ameaça securitária no Entorno Estratégico. A figura abaixo demonstra as ações de piratas na área estratégica do Golfo da Guiné no ano de 2020:

Figura 16: Ataque de piratas na área estratégica do Golfo da Guiné no ano de 2020
Fonte: https://www.icc-ccs.org/index.php/piracy-reporting-centre/live-piracy-map/piracy-map-2020, acesso em 02 junho de 2021.

Um exemplo dessa ameaça do século XXI ocorre na Nigéria. No caso da Nigéria, sobretudo no Delta do Níger, grupos criminosos se dividem entre piratas, criminosos armados e separatistas de grupos minoritários como os Ijaw e os Ogoni, que se ressentem da ação das grandes corporações petrolíferas internacionais que atuam nas costas nigerianas. O fato é que atuação desses grupos, individual ou combinada, vem afetando seriamente a indústria petrolífera nigeriana, ameaçando, portanto, grandes interesses estrangeiros no maior produtor africano de petróleo (FILHO, 2015).

Outrossim, os ataques piratas têm se concentrado, por enquanto, na margem africana, na região do Golfo da Guiné, entretanto a presença de recursos naturais estratégicos *offshore*, na porção ocidental do Atlântico Sul, no litoral brasileiro, podem atrair esse tipo de ameaça securitária para o continente Sul-Americano. Esse cenário, evidencia a necessidade de uma política externa com maior participação e cooperação na expressão militar no âmbito do ZOPACAS, por meio de ações estratégicas do Estado Brasileiro, que deseja alcançar a liderança do Atlântico Sul, trabalhando em ações combinadas às Forças Armadas

dos países lindeiros da África nos assuntos relacionados ao combate à pirataria presente nessa área estratégica (FONSECA, 2018).

4.4 TERRORISMO

O terrorismo é outra ameaça do século XXI presente na região do Atlântico Sul. Dentro do esforço para detalhar as novas ameaças foco do presente estudo, o terrorismo pode ser definido como:

> forma de ação que consiste **no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos,** apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento. É motivado e organizado por razões políticas, ideológicas, econômicas, ambientais, religiosas ou psicossociais (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Conforme a Doutrina Militar de Defesa o terrorismo internacional é uma das novas ameaças aos Estados:

> As ações terroristas visam a atingir objetivos capazes de causar grande repercussão pública, nacional e internacional. O impacto na mídia, a submissão pelo medo e a tentativa de acovardar a população são meios para atingir os fins declarados. Impõem-se, assim, danos morais e institucionais aos países-alvo. De modo geral, essas ações procuram atingir a população civil, inclusive com a possibilidade de utilização de armas de destruição em massa.
> **As redes terroristas são compostas por grupos extremistas, aglutinados por compartilharem valores políticos, ideológicos, religiosos, étnicos e culturais, integrados por profissionais determinados em suas ações**. O propósito dos ataques terroristas é quebrar ou alterar a vontade do país ou dos países-alvo por meio da manipulação do terror (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Essa ameaça ganhou destaque no cenário global após o final da Guerra Fria (1991), período em os EUA e a União Soviética disputam a hegemonia mundial. O terrorismo alcançou nível mais elevado, na agenda de segurança internacional, desde o “atentado de 11 de setembro” nos Estados Unidos pelo, perpetrado pelo grupo terrorista *Al QAEDA*. Após esse episódio, analistas de segurança marítima depreenderam que, da mesma forma que fizeram no ambiente aéreo, terroristas poderiam empregar meios marítimos para perpetrar ataques (ABDENUR, SOUZA NETO, 2014).

Os ataques por intermédio de aeronaves remotamente pilotadas (ARP) denotam, também, a plausibilidade desse tipo de ação adversa contra alvos no mar, o que poderá atrair esse tipo de ação para região do Atlântico Sul. Em 2019, no Oriente Médio, tais ações interromperam a produção de 5,7 milhões de barris

de petróleo por dia, o equivalente a 5% da produção mundial. Nesse contexto, o emprego de embarcações como ferramenta para ações terroristas poderá ser empregado, danificando estruturas estratégicas como pontes, reservatórios, instalações *offshore* de óleo e gás no Entorno Estratégico Brasileiro (MARINHA DO BRASIL, 2020).

A maior ameaça de atos ou ações terroristas na área estratégica do Atlântico Sul advêm de grupos sitiados no continente africano, muitas das vezes associados a outras ameaças do século XXI, como a pirataria e o tráfico de drogas. Nesse contexto, o Conselho de Segurança da ONU vem manifestando preocupação com a ameaça do terrorismo na região do Atlântico Sul, em alguns países da África Ocidental, como na Nigéria, o que evidencia a necessidade de preocupação do Estado Brasileiro com esse tipo de ameaça, uma vez que a mesma ocorre no seu Entorno Estratégico (FONSECA, 2018).

> O órgão das Nações Unidas condenou de forma veemente todos os ataques terroristas realizados na região, com destaque para os ocorridos no Norte e centro do Mali e da Bacia do Lago Chade, principalmente por grupos **como o Boko Haram e o Estado Islâmico**. O Conselho de Segurança encorajou Estados-membros e parceiros multilaterais a darem apoio à Força-Tarefa Conjunta Multinacional para "garantir a sua plena operacionalização" e aumentar as ações coletivas para combater os grupos terroristas. Através do Escritório da ONU **na África Ocidental** e Sahel, ressaltou o compromisso de trabalhar para fortalecer a cooperação para combater essa ameaça securitária do século XXI entre fronteiras **e impedir a propagação do terrorismo** (PAIVA, 2015, grifo nosso).

Nesse quesito um país relevante é a Nigéria. Os nigerianos ostentam o maior Produto Interno Bruto (PIB) do continente (Ano base 2019), segundo o Banco Mundial. Esse país africano é membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e possui sua economia baseada na exploração do petróleo, oriundo principalmente do Golfo da Guiné. Nos últimos anos, o comércio desse produto chegou a representar cerca de 80% da receita do estado nigeriano. Os nigerianos enfrentam problemas internos históricos, dentre eles o terrorismo, a pirataria no Golfo da Guiné, os conflitos étnicos e religiosos. O principal grupo terrorista da região é o Boko Haram. Os grupos terroristas tentam ampliar seu território por meio do aliciamento forçado da população e de ataques contra católicos e as forças militares do governo. Os insurgentes islâmicos já

mataram cerca de 30.000 pessoas no norte da Nigéria na última década (BARRETO, 2020).

A figura abaixo demonstra a atuação do grupo terrorista, conhecido como Boko Haram, que vem atuando principalmente na Nigéria, principal economia do continente africano e por consequência ameaça a segurança de outras nações da região do Atlântico Sul.

O "Califado Islâmico" do Boko Haram
Grupo extremista já controla grande parte do território nigeriano. E os ataques estão se tornando cada vez mais brutais
NIGER
BAGA
YOBE
BORNO
2002
Boko Haram é criado na capital de Borno
MAIDUGURI
CHIBOK
CHAD
ENIN
2014
Grupo sequestra mais de 200 alunas em uma escola pública
ADAMAWA
Janeiro de 2015
Boko Haram promove um massacre no vilarejo de Baga
ABUJA
NIGÉRIA
CAMARÕES
Borno - área sob forte influência e controle do Boko Haram
Yoube e Adamawa - área em estado de emergência por conta dos ataques do Boko Haram

Figura 17 – Área de atuação do grupo terrorista Boko Haram
Fonte: https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/01/boko-haram-e-um-bmassacre-que-poder-ser-visto-por-sateliteb.html, acesso maio de 2021.

Ademais, no século XXI o terrorismo é uma ameaça de alcance global, gerando por consequência desafios securitários aos países membros da ZOPACAS (MOURA, 2019). A figura abaixo apresenta os principais grupos terroristas mundiais, com alguns situados nas proximidades do Atlântico Sul e do Entorno Estratégico Brasileiro:

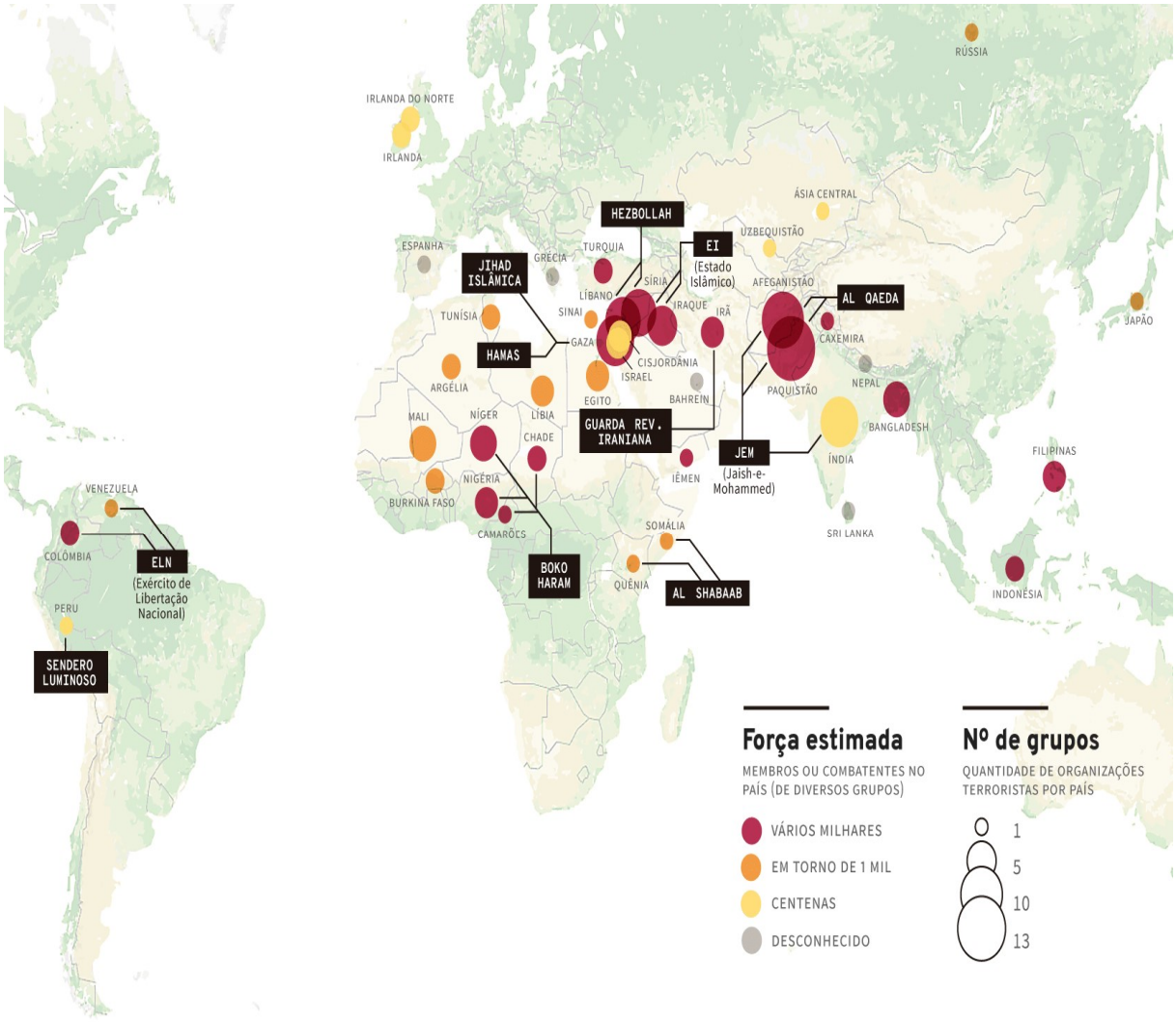

Figura 18 – A presença de grupos terroristas no Entorno Estratégico Brasileiro
Fonte: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-grupos-terroristas-que-atuam-no-mundo-de-acordo-com-os-eua/, acesso em: 26 de maio de 2021.

Assim, apesar de não existirem no Brasil as condições que normalmente atraem ou estimulam o terrorismo, essa atividade é de natureza instável e existem células terroristas no entorno estratégico e no Atlântico Sul, esse cenário exigirá que as Forças Armadas se mantenham aptas a atuar de forma coordenada com organismos nacionais e internacionais, como na ZOPACAS, na prevenção (inteligência) e no combate as ameaças terroristas (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

Nesse contexto, esse cenário, evidencia a necessidade de uma política externa com maior participação e cooperação na expressão militar no âmbito do ZOPACAS, por meio de ações estratégicas do Estado Brasileiro, que almeja alcançar a liderança do Atlântico Sul, atuando em ações combinadas às Forças

Armadas dos países lindeiros da África nos assuntos relacionados ao combate ao terrorismo presente nessa área estratégica (FONSECA, 2018).

4.5 O TRÁFICO DE ARMAS, DROGAS E PESSOAS

O tráfico de drogas e as diversas atividades ilegais associadas a essa atividade, como a atuação de facções criminosas e o tráfico de armamentos são ameaças da atualidade presentes no Atlântico Sul. A Criminalidade Organizada e o narcotráfico são ameaças a todos os Estados e merecem atenção especial dos órgãos de Inteligência e de repressão nacionais e internacionais. A incidência dessas ameaças, principalmente em sua vertente transnacional, reforça a necessidade do aprofundamento da cooperação internacional. Apesar dos esforços individuais e coletivos das nações, não há resultados plausíveis que apontem para a redução desse problema global em prazos aceitáveis. Insere-se nesse bojo o tráfico de armas e munições correlacionado (PNI, 2016).

As organizações criminosas no Brasil, voltadas, predominantemente, para o tráfico internacional de drogas e armas, têm potencial de ameaça à exploração e às vias marítimas e fluviais, com capacidade de comprometer infraestruturas críticas, com o Brasil sendo rota de comercialização, com essas rotas passando pela África Ocidental, com destino principalmente a Europa. Nesse contexto, o Atlântico Sul vem sendo empregado como rota do tráfico de drogas e atividades criminosas correlatas (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Além disso, o continente africano está cada vez mais vulnerável ao tráfico de drogas e ao crime organizado, principalmente na porção banhada pelo Atlântico Sul. O aumento de policiamento e patrulhamento no oceano Pacífico por parte das autoridades norte americanas fez emergir novas rotas de tráfico de drogas no Atlântico. Da mesma forma os laços linguísticos parecem fomentar as rotas marítimas de tráfico entre a América do Sul e a Europa, através do Brasil, Portugal e países africanos de língua portuguesa (FONSECA, 2018).

Nesse sentido, no Golfo da Guiné a pirataria coexiste com o tráfico de drogas, armas e seres humanos. Estes fenômenos, designadamente o roubo armado e o narcotráfico, têm contribuído significativamente para a insegurança e a instabilidade no GoG, com consequências graves para as economias locais (CARMONA, 2019).

Um exemplo dessa ameaça do século XXI ocorre na Guiné-Bissau, país membro da ZOPACAS, em que o crime organizado prolifera e alguns autores denominam o país como o primeiro narco-Estado africano. Assim, esse país africano de língua portuguesa se tornou um grande receptor de drogas provenientes da América do Sul que por lá passam em direção ao rico mercado europeu (FILHO, 2015).

Nesse sentido, segundo o relatório mundial do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC) sobre o tráfico de drogas da ONU:

> **As novas rotas de tráfico** provenientes da América do Sul têm como destino principal a área da Costa Oeste Africana que **envolve o Golfo da Guiné: Países como a Nigéria, o Gana ou a Guiné-Bissau, que são o destino preferencial para o desembarque dos narcóticos**. No entanto, como é sabido, o destino dessas substâncias são países onde as pessoas têm maiores poderes de compra, o continente europeu. Portanto, a Costa Sul da Europa é propícia para a entrada da droga proveniente da África no continente Europeu (UNODC, 2013, grifo nosso).

Outra atividade relacionada ao narcotráfico é venda ilegal de armamentos. Nesse quesito, com relação ao tráfico de armas no Atlântico Sul, estima-se que o comércio ilegal de pequenas armas e armas leves proporcione aproximadamente um lucro de 1 bilhão por ano dólares aos traficantes. A África Ocidental é um ponto focal no Atlântico Sul desse comércio, onde as armas são trocadas por drogas ou recursos naturais, como petróleo, pedras preciosas, metais e madeira. (FILHO, 2018).

Com relação ao narcotráfico na costa africana do Atlântico Sul, há que se considerar ainda que as fontes energéticas existentes no GoG e o decorrente interesse despertado nos países ocidentais, deram notoriedade ao problema da insegurança marítima vivido na região. As suas causas baseiam-se, fundamentalmente, na grande pobreza das populações; atuação de grupos de conotação política em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e na baixa capacidade de governar dos líderes estatais, inclusive com grande incidência de casos de corrupção dos agentes públicos responsáveis por coibir os ilícitos no mar (BEIRÃO, PIÑON, 2015).

Os estados costeiros do Golfo da Guiné convivem com a falta de recursos financeiros, materiais e humanos para patrulharem suas águas jurisdicionais e empreenderem uma efetiva repressão ao roubo armado contra navios e ao narcotráfico na região. Isto tem apontado para a necessidade de se procurar uma

solução baseada na cooperação regional, por meio de organismos multilaterais, como a ZOPACAS (BEIRÃO, PIÑON, 2015).

Nesse contexto o narcotráfico tem se tornado ameaça securitária aos membros da ZOPACAS. A figura abaixo demonstra como exemplo uma rota do tráfico de drogas boliviano, que emprega o Brasil como rota de comercialização, passando pelo Atlântico Sul, pelos países da África Ocidental para chegar nos mercados consumidores da Europa, o que evidencia a importância de ações estratégicas na expressão militar para mitigar essa ameaça:

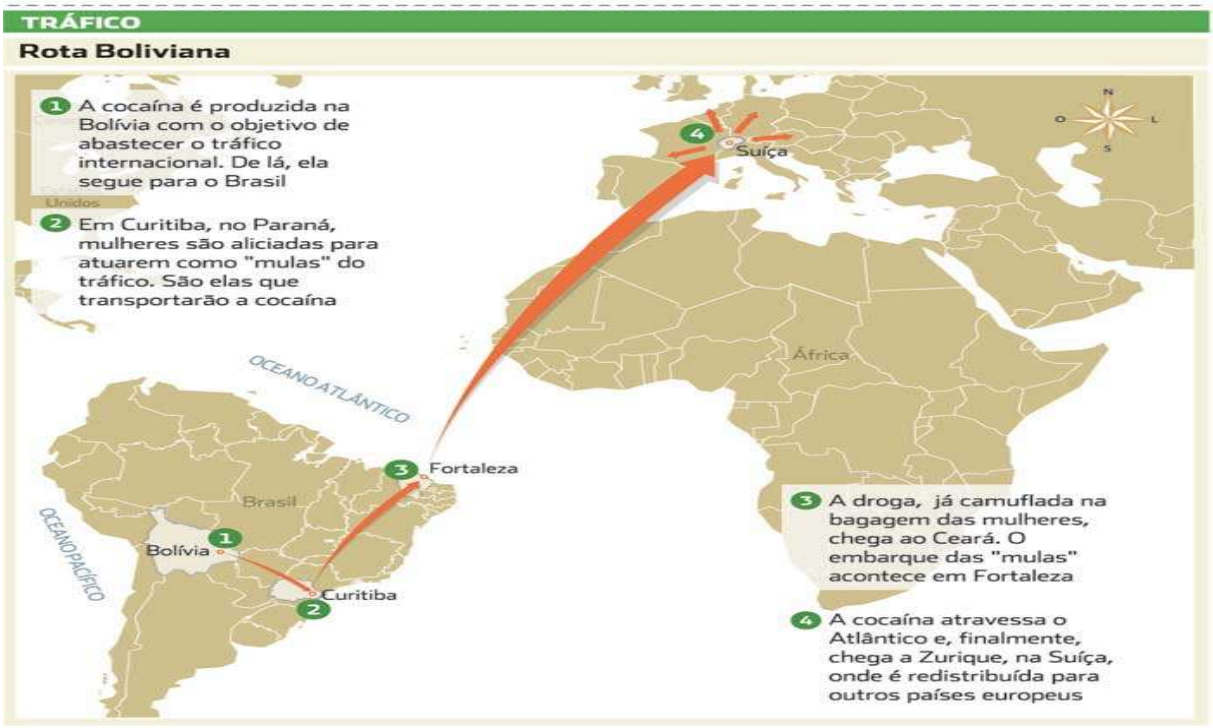
TRÁFICO
Rota Boliviana
1 A cocaína é produzida na Bolívia com o objetivo de abastecer o tráfico internacional. De lá, ela segue para o Brasil
2 Em Curitiba, no Paraná, mulheres são aliciadas para atuarem como "mulas" do tráfico. São elas que transportarão a cocaína
OCEANO ATLÂNTICO
OCEANO PACÍFICO
Brasil
Bolívia
Curitiba
Fortaleza
Suíça
África
3 A droga, já camuflada na bagagem das mulheres, chega ao Ceará. O embarque das "mulas" acontece em Fortaleza
4 A cocaína atravessa o Atlântico e, finalmente, chega a Zurique, na Suíça, onde é redistribuída para outros países europeus

Figura 19 – A presença do Narcotráfico no Atlântico Sul
Fonte:https://profgeomarciobezerra.blogspot.com/2010/08/7-serie-geografia-donarcotrafico.html, acesso em: maio 30 de 2021.

Ademais, outra ameaça, ligada ao narcotráfico e que corrobora a complexidade do quadro de insegurança marítima na África Atlântica é o aumento do tráfico humano, principalmente a partir do litoral senegalês. De lá, saem pequenas embarcações lotadas de imigrantes que tentam alcançar o continente europeu em busca de melhores condições de vida. Essas atividades são conduzidas por grupos criminosos que exploram o sonho de uma vida melhor de milhares de africanos e que desafiam as autoridades locais e europeias, além de colocarem em risco a vida das pessoas que se arriscam em uma viagem transoceânica de alta periculosidade (FILHO, 2015).

Essa atividade criminosa ligada ao narcotráfico, faz com que pessoas sejam tiradas das periferias do Brasil e dos países africanos e levadas para a Europa e lá sejam submetidas à prostituição, trabalho escravo ou até mesmo transformadas em fornecedoras de órgãos para transplantes (TORRES, 2011). A figura abaixo demonstra um exemplo da rota do tráfico humano, ligada ao tráfico de drogas que emprega o Atlântico Sul para levar as vítimas principalmente na Europa:

Figura 20 – A presença do tráfico humano no Atlântico Sul
Fonte: https://istoe.com.br/170188_TRAFICO+DE+PESSOAS/, acesso 30 maio de 2021.

Nesse contexto, o aumento do narcotráfico (e as diversas atividades associadas a essa prática ilegal, como tráfico de armas e de pessoas) e do crime organizado transnacional poderão demandar maior participação das Forças Armadas, dos países membros da ZOPACAS, no controle territorial, marítimo, fluvial e aeroespacial, bem como no suporte aos órgãos de segurança pública, na região banhada pelo Atlântico Sul (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

4.6 PANDEMIAS

A ocorrência de pandemias é outra ameaça do século XXI que gera insegurança sanitária nas nações banhadas pelo Atlântico Sul. De acordo com o Cenário de Defesa 2020 – 2039, do Ministério da Defesa, publicado em 2017, os grandes fluxos de mercadorias e pessoas ao redor do mundo poderiam promover pandemias, proliferando doenças humanas, animais e vegetais que culminem em catástrofes humanitárias, sendo que a neutralização destas ameaças dependerá das capacidades estatais em desenvolver e produzir vacinas, além de controlar portos, aeroportos e fronteiras. Esse cenário foi materializado atualmente pela

eclosão da pandemia COVID-19, que vem gerando dificuldades nas diversas expressões do poder dos países membros do ZOPACAS.

Outra situação foi evidenciada, nesse ano de 2021, quando o navio MV Shandong da Zhi De, bandeira de Hong Kong, foi fretado pela Vale para transportar minério de ferro em São Luís que trouxe primeiros casos da variante/cepa indiana de Covid ao Brasil saiu da Malásia e passou pela África do Sul, outro país membro da ZOPACAS, demonstrando que a importância do controle de pandemias é fundamental para as nações dessa organização. Após a coleta de amostras, o Instituto Evandro Chagas foi responsável pela análise das variantes presentes nos tripulantes confirmou que seis tripulantes estão com a variante indiana do coronavírus (chamada de B.1.617), que é mais transmissível e ainda não tinha sido registrada no Brasil. A variante já estava presente em 51 países e na América do Sul só estava presente na Argentina. Assim, o Brasil se tornou sendo o segundo país da América do Sul com confirmação da cepa, evidenciando a necessidade de ações estratégicas do Estado Brasileiro para o combate a essa pandemia, inclusive na expressão militar (CARDOSO, 2021).

Adicionalmente, as pandemias provocadas por doenças infectocontagiosas, como o COVID-19, a dengue e a gripe suína (H1N1) são flagelos que afetam sobremaneira a sociedade e exigem o pronto enfrentamento, sob pena de provocar perdas de vidas e graves prejuízos econômicos. A figura abaixo exemplifica a expansão mundial da pandemia da COVID-19, que por consequência ameaça as nações do Atlântico Sul e os membros da ZOPACAS.

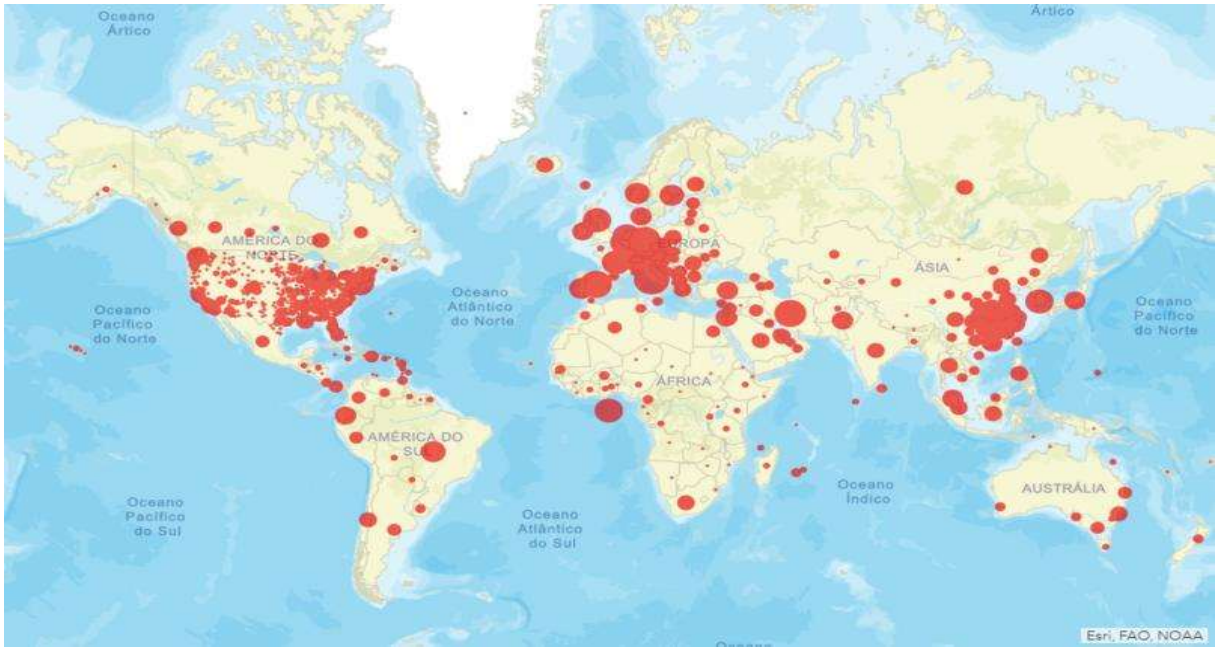

Figura 21 – A presença da pandemia de COVID-19 no Atlântico Sul
Fonte: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/03/23/quase-todos-os-paises-ja-registraram-coronavirus-e-pandemia-se-acelera-diz-oms/, acesso 31 maio de 2021.

Nesse sentido, a elevada circulação de pessoas e mercadorias pelo mundo, ou mesmo ações deliberadas, podem provocar pandemias, a exemplo da COVID-19, atingindo seres humanos e a produção animal e agrícola. Tantas mudanças climáticas quanto pandemias podem provocar instabilidades política, econômica e social, das nações membras da ZOPACAS, demandando apoio das Forças Armadas como a materialização da expressão poder militar, por meio de ações estratégicas, em missões de ajuda humanitária, bem como na garantia da lei e da ordem e controle de portos, aeroportos e fronteiras (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

4.7 AMEAÇAS CIBERNÉTICAS E INFORMACIONAIS

Além disso, outra ameaça do século XXI são os crimes cibernéticos. O desenvolvimento e a difusão mundial da tecnologia digital têm alterado significativamente a vida da sociedade moderna.

O espaço cibernético, onde inexistem fronteiras físicas, permeia todos os setores (marítimo, terrestre, aéreo e espacial) e é considerado um teatro de operações, em que a atribuição da responsabilidade de uma ação é difícil de ser totalmente confirmada. Nesse contexto, sobressai a possibilidade de ataques cibernéticos a infraestruturas críticas marítimas das nações banhadas pelo Atlântico Sul, capazes de tornar essas instalações indisponíveis. Cumpre acrescentar que tais ameaças provêm de criminosos e que possíveis ações cibernéticas de origem estatal estão em cena desde o início do século XXI, caracterizadas, principalmente, como sabotagem digital em desenvolvimentos indesejados e implantação de circuitos ou programas maliciosos em sistemas importantes, para posterior acionamento, o que torna esse tipo de ameaça mais um desafio securitário para os países membros do ZOPACAS (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Nesse contexto, com relação a insegurança de sistemas de informação, a defasagem tecnológica e a dependência externa em relação a sistemas de informação e comunicação podem manter as nações banhada pelo Atlântico Sul vulneráveis a acessos indesejados e bloqueio de fluxos de informação, capazes de expor ou paralisar governos e organizações. Na expressão militar, tal

dependência tecnológica poderá inviabilizar qualquer tipo de operação pela impossibilidade do exercício das atividades de comando, controle e inteligência. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

Ademais, a facilidade de divulgação e acesso às informações da atualidade pode ser utilizada para manipular, tanto a opinião pública nacional quanto a internacional, no âmbito do espaço cibernético, na luta sobre o domínio da narrativa, sobre questões como as ambientais na região do Atlântico Sul, entre outras, com o intuito de denegrir a imagem do Brasil e dos outros países membros do ZOPACAS, evidenciando que as ameaças cibernéticas e informacionais podem afetar a soberania dessas nações (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

4.8 A DISPUTA POR RECURSOS NATURAIS

Outra ameaça do século XXI para as nações banhadas pelo Atlântico Sul é a cobiça internacional por recursos naturais. A possibilidade de aumento da demanda mundial por recursos naturais torna essa área estratégica alvo de disputa das principais potências internacionais.

A América do Sul, a Antártica e a África ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais. Nesse entorno estratégico, com foco no Atlântico Sul, é indispensável a consolidação da região como Zona de Paz e Cooperação (ZOPACAS), a fim de evitar interferência de interesses ilegítimos. Motivações políticas, conflitos sociais, interesses de grupos econômicos e até de cunho étnico e religioso trazem, como questão subjacente, a busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Nesse sentido, os espaços marítimos tornaram-se objeto de disputa entre Estados, paradoxalmente acentuada. Os conflitos armados, agora híbridos, nos quais se dissimulam os autores das agressões e os reais interesses, ainda não foram abolidos das relações internacionais, tendo a disputa por recursos estratégicos como um forte fator motivador. O Atlântico Sul possui uma grande reserva de recursos naturais, cuja escassez em nível mundial poderá levar a disputas em que seria possível prevalecer o uso da força ou o respaldo dela para impor sanções políticas e econômicas (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Nesse contexto, de disputa por recursos naturais existe no Atlântico Sul a presença de potências extrarregionais. O Reino Unido é uma das potências mais presentes no Atlântico Sul, pois detém a soberania de um conjunto de ilhas e

arquipélagos, ao longo de toda a extensão geográfica neste oceano, a saber: ilha de Ascensão, ilha de Santa Helena, o arquipélago de Tristão da Cunha, ilhas *Falklands*, ilhas Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul. Algumas dessas ilhas são habitáveis, sendo importantes bases de apoio, no contexto mundial, como Ascensão, que prestou serviços ao Ocidente no período da Guerra Fria. Apesar de ser uma ilha vulcânica e montanhosa (e, por isso, não ser adequada para a instalação de uma base militar), Ascensão abriga um importante aeroporto e uma base aérea compartilhada com os Estados Unidos (FONSECA, 2018).

Dessa forma, para o Reino Unido, a posse das Falklands é de extrema importância estratégica. Além de seguir como base para a projeção inglesa à Antártica, a Inglaterra possui o direito de exploração dos recursos naturais estratégicos, como petróleo e gás natural existentes nas águas territoriais das ilhas. Além disso, somam-se às ilhas *Falklands,* as Geórgias e *Sandwich* do Sul, e as ilhas de Santa Helena, Tristão da Cunha e Ascensão, permitindo a potência britânica ser presente no Atlântico Sul desde a costa da Argentina até o sudoeste africano. Por conseguinte, a Grã-Bretanha estabeleceu uma presença destacada ao longo do Atlântico Sul, o que, atualmente, confere-lhe uma capacidade estratégica singular, amparado em uma das Marinhas mais bem equipadas do mundo, permitindo ao Reino Unido fazer-se presente em uma área estratégica alvo de disputa pela presença de riquezas naturais (COSTA, 2014).

Figura 22 – A presença do Reino Unido no Atlântico Sul
Fonte: https://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/, acesso 03 junho de 2021.

Outra potência extrarregional interessada nos recursos naturais do Atlântico Sul são os EUA. Inicialmente, a importância dessa porção meridional do Atlântico restringia-se a servir como uma rota marítima e como fonte de recursos energéticos para os norte-americanos. No entanto, as turbulências ocorridas no sistema internacional em razão dos atentados terroristas contra as embaixadas estadunidenses na África, e do ataque de 11 de setembro, em 2001, no próprio território dos Estados Unidos, fez com que o país passasse a adotar uma doutrina mais significante para o Atlântico Sul (FONSECA, 2018).

> Nos últimos anos, até os Estados Unidos com o seu imenso poder político estratégico tem dirigido um olhar mais atento para essa região e passou a **incluir o Atlântico Sul na sua "tela de radar global**". Além da parceria com o Reino Unido na Base Militar de Ascensão e no seu indisfarçável apoio aos britânicos no litígio envolvendo as Malvinas, os EUA adotaram duas medidas abrangentes com potencial de impacto macrorregional. **A mais importante delas foi a recriação da IV Frota em 2008 que operará preferencialmente nas Américas Central e do Sul e no Caribe sob a coordenação do *Southern Command*.** A segunda, com projeção estratégica indireta, mas não menos importante, foi a implantação recente de bases militares em território colombiano (Plano Colômbia) que a pretexto de apoio a esse país no combate ao narcotráfico e às FARC passou a dispor de poderoso aparato militar, sobretudo o aéreo, cujo poder de ataque alcança agora a escala da América do Sul Setentrional, incluindo o Caribe Meridional e a borda noroeste do atlântico Sul (COSTA, 2014, grifo nosso).

Quanto à projeção norte americana no litoral continente africano, pode-se afirmar que o comércio dos Estados Unidos com a África Subsaariana aumentou significativamente no início deste século, principalmente recursos energéticos, para mitigar a sua sujeição ao comércio do Oriente Médio. O comércio dos Estados Unidos com a África Subsaariana, em 2011, foi de US$ 95 bilhões, com previsão de aumento de 20% em 2012. Desde o início do século XXI, o montante aumentou aproximadamente 300% o que comprova a crescente importância da região para esse país. Além disso, a região é de extrema importância para a obtenção de petróleo, gás e outros recursos naturais, ganhando destaque o Golfo da Guiné e Angola, o que acaba de se tornar uma alternativa aos Estados Unidos a reduzir sua dependência do Oriente Médio (PAIVA, 2015).

Ainda segundo Paiva (2015), os Estados Unidos, como potência marítima mundial e vencedora da Guerra Fria, têm presença naval constante em todas as regiões do globo, sendo sua presença acentuada no Atlântico, uma vez que integra e lidera a OTAN. Os Estados Unidos dividem o mundo em áreas de

atuação, sendo o Atlântico Sul dividido entre o Comando Sul/ *USSOUTHCOM* (correspondente a América do Sul) e o Comando da África (*USAFRICOM*), criado recentemente, entre 2007 e 2008, com sede na Alemanha. O Comando Sul já existia desde os anos de 1950, com sede na Flórida, mas não possuía uma força naval permanentemente sediada. Em 2008, foi anunciada pelos Estados Unidos a criação da Quarta Esquadra vinculada ao Comando Sul, responsável pela proteção dos interesses norte-americanos nas regiões da América do Sul, Central e Caribe. O Comando Sul também é responsável pela defesa do Canal do Panamá. O esforço demonstrado pelo governo norte-americano na reestruturação do Comando Sul e na criação do Comando da África reflete a crescente importância do Atlântico Sul para a segurança e os interesses dos Estados Unidos nos recursos naturais presentes nessa região. A figura abaixo demonstra as frotas navais dos EUA:

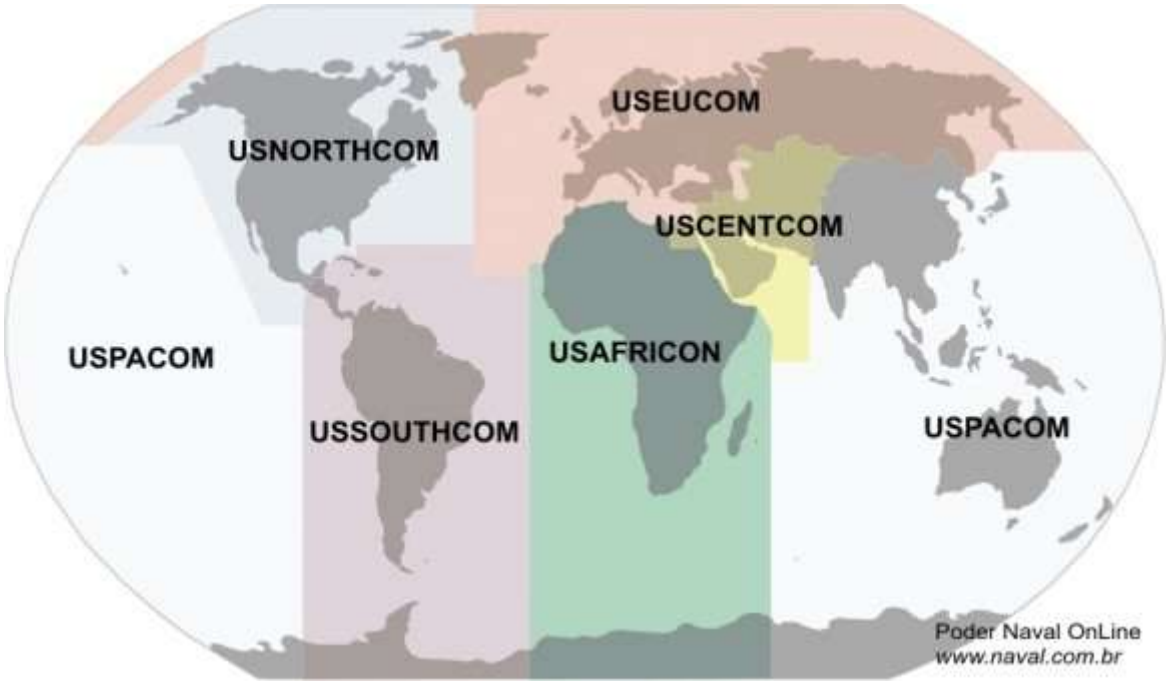

Figura 23 – A presença de frotas navais do EUA no Atlântico Sul
Fonte: https://www.naval.com.br/blog/2010/08/16/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/, acesso 03 junho de 2021.

Cabe ressaltar que recentemente o Brasil se tornou aliado extra-OTAN[1]. Os países que são aliados preferenciais extra-Otan dos Estados Unidos, como será o caso do Brasil, não estão incluídos no pacto de defesa mútua. Mas ganham vantagens militares e financeiras, o que poderá como consequência, aumentar as

[1] Aliado preferencial extra-Otan é um nome para designar países que não são membros da aliança Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) mas que são aliados estratégicos militares dos EUA, ou seja, que terão um relacionamento de trabalho estratégico com as Forças Armadas americanas.

as capacidades de desenvolver uma hegemonia regional do Brasil no âmbito do ZOPACAS, na região do Atlântico Sul (GRAGNANI, 2019).

Ademais, outra potência que cobiça os recursos naturais presentes no Atlântico Sul é a França. Ainda que em menor proporção, quando comparada aos EUA e ao Reino Unido, a presença francesa no Atlântico Sul é bastante significativa, tanto no lado da costa sul-americana como na costa africana. Desde o processo de independência dos países africanos, a França, antiga metrópole de alguns países, busca de alguma forma estabelecer influência sobre os países nascentes. Pode-se deduzir que o principal objetivo francês na África é a aquisição de matérias-primas (recursos naturais estratégicos), como petróleo e urânio e a obtenção de Estados consumidores. De certa forma, as ex-colônias francesas possuem relativa dependência da antiga metrópole, constatando como exemplo a Comunidade Financeira Africana (CFA) que adota o Franco como moeda local, que é regulado pelo Banco Central da França (FONSECA, 2018).

Ainda que com o Fim da Guerra Fria essa dependência tenha se reduzido, vê-se a manutenção de relações assimétricas e vínculos de dependência econômica. Aliás, o Livro Branco de Defesa da França, caracteriza a África como zona de interesse francês, sendo-o fundamental estabelecer influência na área para a manutenção do status da França como grande potência. Dentre tantos, destaca-se o interesse francês em petróleo e metais, especialmente o urânio do Niger. A partir de 2002, o país realizou intervenções na Costa do Marfim, no Chade, na Líbia, e no Mali. Ainda hoje, a França atua em missões de paz lideradas pela ONU na Costa do Marfim e na República Democrática do Congo e na República Centro Africana. Além disso, cabe dizer que a França possui bases militares no Gabão, no Senegal e na Costa do Marfim, países membros da ZOPACAS. Por último, a França se faz presente também no Atlântico Sul em função da posse da Guiana Francesa. Para França, esse território é de extrema importância por, sobretudo, dois motivos: a existência do centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, em Kourou e o direito de exploração dos recursos marítimos na região em função da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Detentora de uma grande força aérea, é essencial para a França uma base no Atlântico Sul como forma estratégica de controle de suas esferas de influência e de suprimento aos aviões (HORING; WEBER; CLOSS, 2014).

Outrossim, a França também é uma grande potência marítima, com um poder naval capacitado a atuar em diversas regiões do globo, além de ainda possuir territórios ultramarinos espalhados pela América, Oceania e África. Assim como os EUA, a França possui Comandos designados para cobrir todo o espaço marítimo global, além de regiões terrestres do interesse francês. Essas tropas podem atuar na proteção dos territórios ultramarinos e na defesa dos interesses franceses além-mar, podendo ser sob a égide de OI, como ONU e OTAN, ou em acordos bilaterais de defesa, como ocorre com países da África e Oriente Médio (BARRETO, 2020). Verifica-se, portanto, a relevante estrutura militar disponível ao governo da França na área do Atlântico Sul, demonstrado na figura abaixo:

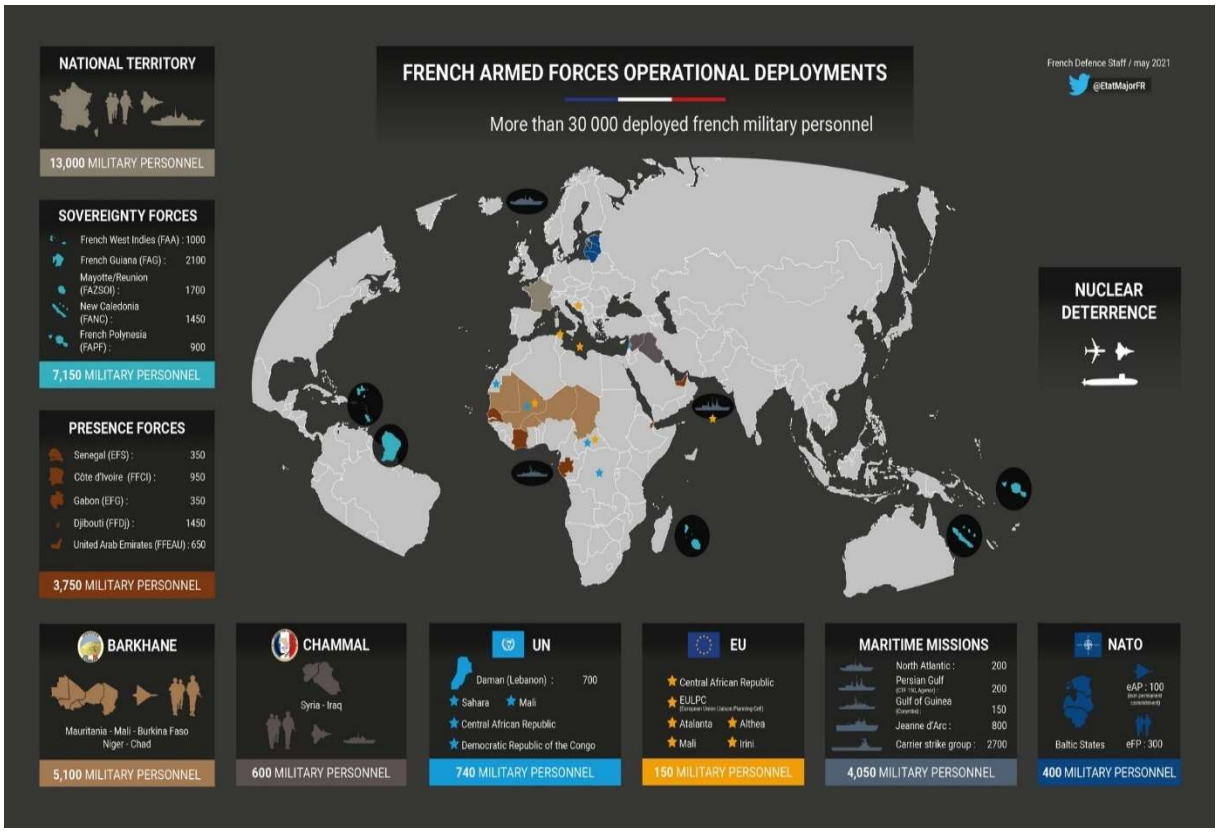

Figura 24 – A presença das FA francesas no Atlântico Sul
Fonte: https://www.defense.gouv.fr/operations/rubriques_complementaires/dispositif-operationnel-francais-deploye-a-travers-le-monde, acesso 03 junho de 2021.

Ademais, atualmente, o presidente da França, Emmanuel Macron, sugeriu em 2019, a possibilidade de se conferir um status internacional para a Amazônia, em face das queimadas ocorridas nesse ano, na região banhada pelo rio Amazonas e que tem a foz no Atlântico Sul e onde fica localizado o departamento ultramarino da Guiana Francesa, ameaçando a soberania do Estado Brasileiro e

demonstrando o interesse francês nos recursos naturais presentes na Amazônia e no Atlântico Sul (DESIDERI, 2019).

Ainda nesse quesito, outra potência interessada nos recursos naturais presentes no Atlântico Sul é a China. Detentora de uma grande extensão territorial, grande população e de um enorme poder econômico, a China tem reforçado sua presença em ambos os lados do Atlântico Sul, como forma de garantir fomentos para sua crescente expansão no cenário internacional e obter segurança energética vital para sua economia (FONSECA, 2018).

> Desde o final dos anos 1990, **a China** vem implementando uma estratégia chamada de *Going Out* a qual tem por objetivos o controle de recursos naturais, em especial, os energéticos. Essa estratégia utilizou, em grande parte, exercícios de *soft power*, articulando com o *hard power* e o investimento significativo na modernização. Esse tipo de estratégica levou a China a se direcionar para áreas fora da Ásia, em especial a África e a América Latina, procurando garantir o controle sobre recursos estratégicos fundamentais para sua segurança energética assim como uma diversificação de mercados. **Dentre seus principais parceiros, cabe destacar países centrados na orla do Atlântico Sul como a Nigéria, a Angola e a África do Sul, na costa africana, e o Brasil e a Argentina, na costa da América do Sul.** Diferentemente das outras potências como Estados Unidos e Grã-Bretanha, **a presença chinesa no Atlântico Sul** não está relacionada à possessão de ilhas nesse espaço marítimo, mas a atuação desse país, tanto num âmbito comercial, financeiro e de investimento, nesses países margeados pelo Atlântico Sul (NEVES, 2013, grifo nosso).

Ainda de acordo com Neves (2013), a China destaca-se como grande importadora de petróleo de países africanos banhados pelo Atlântico Sul, cabendo mencionar Angola como o segundo maior fornecedor da China com 12% do total de importações chinesas em 2012. Apesar da forte dependência do Oriente Médio com relação à importação de combustíveis fósseis, a China tem se esforçado em diversificar seus países fornecedores voltando sua atenção à África e à América do Sul.

Além disso, a China lançou atualmente seu mais ambicioso projeto econômico da história que ficou conhecido como a Nova Rota da Seda ou *One Road, One Belt.* O megaprojeto inclui portos, rodovias, ferrovias, gasodutos, oleodutos e centros de distribuição, tudo para favorecer as exportações chinesas, incluindo regiões no Atlântico Sul (CORDEIRO, 2019).

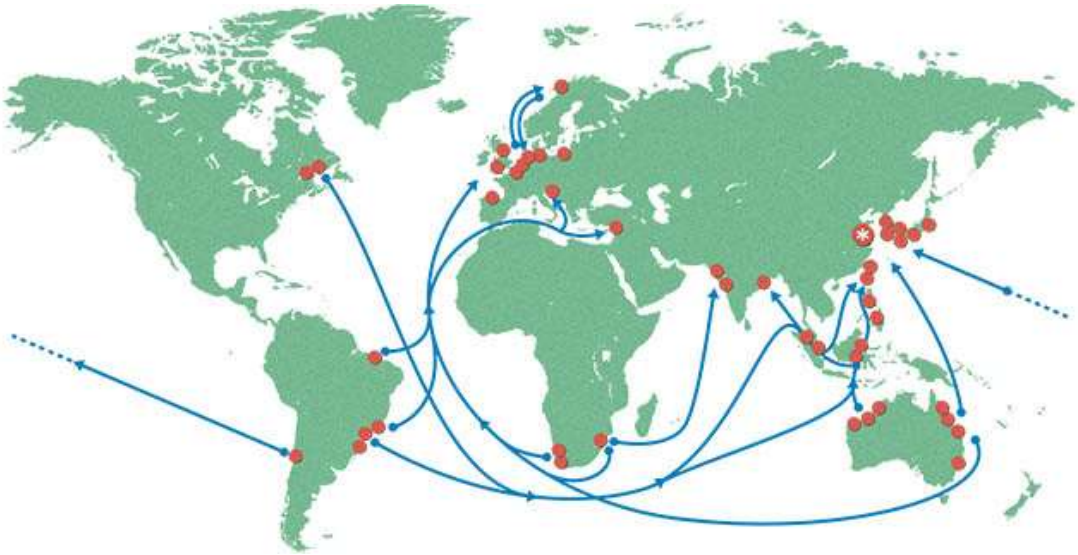

Figura 25 – Nova Rota da Seda e sua influência no Atlântico Sul
Fonte: https://notaalta.espm.br/o-cutuco-do-mestre/projeto-da-nova-rota-da-seda-nao-e-plano-marshall-chines/, acesso 03 junho de 2021.

O Atlântico Sul poderá sofrer grande impacto com a proposta chinesa, uma vez que essa região intensificará o trânsito dos produtos manufaturados e recursos naturais entre a China e a costa atlântica da América e da África. Nesse sentido, a proposta visa apoiar com o abundante recurso chinês as iniciativas de reestruturação da logística, seja em portos, ferrovias, modais de integração ou outros, desde que favoreçam aos interesses de Pequim (BARRETO, 2020).

Ainda sobre o aspecto dos investimentos na região do Atlântico Sul, a questão da insegurança alimentar na China, que possui uma população de cerca de 1,4 bilhões de habitantes, agravada nos anos de 2007-2009, resultou numa preocupação do país em adquirir terras agrícolas em países com disponibilidade para a produção de alimentos. A China destaca o potencial brasileiro em contornar a situação da insegurança alimentar vivida pelo país. Outro ponto que tange essa questão é o fato de que os países costeiros do Atlântico Sul possuem direitos à pesca, um dos fatores centrais nas disputas territoriais (Mar do Sul da China) em que a China tem estado envolvida. Dessa forma, juntamente com a Noruega e a Coréia do Sul, a China é um dos principais atores na pesca do krill nas águas do Atlântico Sul (NEVES, 2013).

No que tange o Atlântico Sul, ainda sob a ótica de Neves (2013), esse país também visualiza uma dimensão de *hard power*, relacionada a consolidação do poder naval chinês. Sabendo que a maior parte das trocas comerciais da China ocorre por meio marítimo, é essencial para a sua prosperidade uma marinha

organizada, respondendo, caso necessário, às ameaças como a pirataria e o crime organizado transnacional. Além disso, diante da presença chinesa em ambos os lados do Atlântico Sul e a proteção do seu acesso aos recursos energéticos, é de interesse do país uma capacidade naval capaz de garantir a segurança tanto da exploração como do transporte desses recursos. Cabe mencionar que a China também vem dando apoio a investimentos na capacidade naval dos Estados do Atlântico Sul, como nos casos da Nigéria e da Namíbia, países membros da ZOPACAS, representando, mais uma vez, um reforço para sua influência na área e, consequentemente, contribuindo para a diminuição da influência brasileira na mesma medida.

Dessa forma, entende-se que a China, buscando contornar problemas internos insuficiência de recursos naturais e insegurança alimentar, projeta no Atlântico Sul um espaço de afirmação de interesses e construção de alianças. Diante de um mundo multipolar e do acelerado crescimento chinês, o governo de Pequim ponderou que os custos com investimentos e financiamentos em países margeados pelo Atlântico Sul seriam menores que os benefícios adquiridos com as alianças no continente africano e sul-americano. É fundamental para o país mais populoso do mundo o aumento de sua margem de manobra no globo como um todo, visando sua segurança energética e alimentar. Nesse contexto, já se pode imaginar que essa estratégia diplomática chinesa, a qual vêm alargando sua presença no Atlântico Sul, pode gerar um cenário de potencial tensão com os Estados Unidos que vêm se esforçando em consolidar sua posição na região com a reativação da IV Frota e a criação do *AFRICOM* (FONSECA, 2018).

Dessa maneira, no cenário atual, de disputa por recursos naturais no Atlântico Sul, é imperiosa uma rigorosa prontidão dos Sistemas de Defesa, o que envolve tanto as Forças Armadas e todas as componentes da expressão nacional do poder militar, de modo a ser alcançado o contínuo fortalecimento de todas as vertentes da soberania nacional dos países membros da ZOPACAS (MARINHA DO BRASIL, 2020).

5 AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO ESTADO BRASILEIRO, NA EXPRESSÃO MILITAR, VISANDO A LIDERANÇA ESTRATÉGICA NO ATLÂNTICO SUL

A seguir, serão apresentadas as principais ações estratégicas do Estado Brasileiro, na expressão militar, no âmbito da ZOPACAS, em face das ameaças no século XXI, visando a proeminência estratégica na região do Atlântico Sul.

5.1 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SisGAAz)

A proteção e monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) no do Atlântico Sul são ações estratégicas na expressão militar, em face das ameaças apresentadas.

A Marinha do Brasil, em parceria com agências e órgãos governamentais, coordena a implementação e o aperfeiçoamento do SisGAAZ, cuja missão é monitorar e controlar, de forma integrada, além da área afeta à Amazônia Azul, a região SAR (*Search and Rescue* – busca e salvamento) de responsabilidade do Brasil e as demais áreas de interesse estratégico no Atlântico Sul – representando cerca de 22 milhões de km² – a fim de contribuir para a mobilidade estratégica, representada pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade, contribuindo para o controle das novas ameaças do século XXI, no âmbito da ZOPACAS, o que favorece a liderança estratégica brasileira na porção meridional do Atlântico (MARINHA DO BRASIL, 2021).

O SisGAAz integra equipamentos e sistemas compostos por radares localizados em terra e embarcações, além de câmeras de alta resolução e capacidades como a fusão de informações recebidas de sistemas colaborativos, destacando o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo (SIMMAP), o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT), o Sistema de Informação Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), todos baseados em rastreamento de posição por via satélite. Os dados captados por GPS são transmitidos por meio de comunicação satelital para centrais de rastreamento e, no futuro, haverá a incorporação de sensores acústicos aos sites de monitoramento (MARINHA DO BRASIL, 2021).

O SisGAAz está amplamente conectado às redes da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da

Receita Federal, da Petrobras, entre outros órgãos e empresas capazes de fomentar e compartilhar mais rapidamente as informações pertinentes e necessárias para a proteção do Atlântico Sul. O sistema brasileiro facilitará o planejamento das operações tanto nacionais, quanto internacionais, podendo ser empregado na proteção marítima dos países da ZOPACAS e reduzirá custos, principalmente em torno de patrulhamento e deslocamento de pessoal. A capacidade obtida com sua implementação permitirá, por exemplo, que ameaças como crimes ambientais, como o ocorrido no litoral do nordeste brasileiro no final de 2019, sejam mitigados, com ações de pronta-resposta, inteligência e dissuasão.

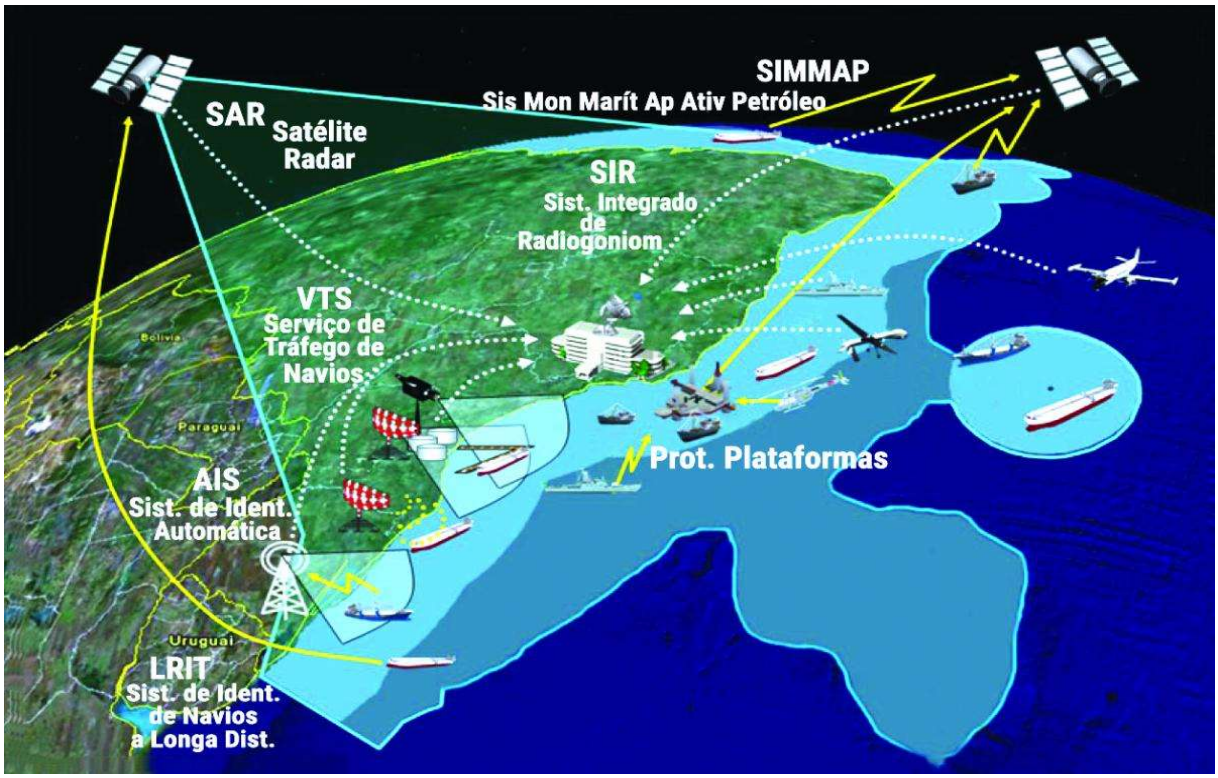

Figura 26 – **Representação gráfica (ilustrativa) do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**
Fonte: https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras, acesso 07 julho de 2021.

O SisGAAz poderá, no futuro, ser integrado a outros sensores e sistemas, tais como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), do EB, e o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), da FAB (BARRETO, 2018).

Com o SisGAAz, as Forças Armadas do Brasil irão obter uma efetiva consciência situacional nas águas de interesse nacional, com importantes reflexos

para a segurança marítima no Atlântico Sul, o que favorecerá o protagonismo brasileiro no âmbito da ZOPACAS e nessa região estratégica (BARRETO, 2018).

5. 2 DIMENSÃO 22

O monitoramento do espaço aéreo do Atlântico Sul é ação estratégica na expressão militar, em face das novas ameaças do século XXI. Para isso a Força Aérea Brasileira (FAB) atua no entorno estratégico brasileiro, por meio do programa Dimensão 22.

A Dimensão 22 corresponde a uma área de 22 milhões de km2, um cenário tridimensional fabuloso que a Força Aérea Brasileira protege por meio das ações de **Controlar, Defender e Integrar.**

O **Controlar** diz respeito à responsabilidade da Força Aérea Brasileira pela prestação dos serviços de tráfego aéreo em todo o espaço aéreo brasileiro. Ainda, em toda essa área, a FAB cumpre missões de busca e salvamento para localizar, socorrer e resgatar pessoas em perigo na terra ou no mar e em cumprimento a acordos internacionais, o Brasil também é responsável por prestar esses serviços além do continente, sobre o Oceano Atlântico, totalizando 22 milhões de km², contribuindo para a dissuasão das ameaças presentes no Atlântico Sul e no âmbito da ZOPACAS, o que favorece a proeminência estratégica do Brasil na região (FAB, 2021).

O **Defender** refere-se à garantia da soberania do espaço aéreo, que inclui todo o território brasileiro e suas fronteiras, e também se relaciona com a defesa dos interesses nacionais na chamada Zona Econômica Exclusiva, na região do Atlântico Sul. Com unidades operacionais em regiões estratégicas, a FAB utiliza sua estrutura de defesa aérea com aeronaves de Caça, Transporte, Patrulha Marítima, Reconhecimento, Asas Rotativas e Alerta Aéreo Antecipado. Além da aviação, a FAB utiliza ações terrestres de Contraterrorismo, de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e de Defesa Antiaérea (FAB, 2021).

Integrar o território nacional sempre foi missão da FAB. Desde seus primórdios, grande parte das aeronaves da FAB proporciona a integração do Brasil em diferentes missões. Ajuda humanitária, ações cívico-sociais, transporte de pessoas e suprimentos, transporte de órgãos e de urnas eleitorais, evacuações aeromédicas e construção de pistas são algumas das ações que levam direitos fundamentais à população em regiões de difícil acesso do País (FAB, 2021).

A Dimensão 22 corresponde a uma área de 22 milhões de km², um cenário tridimensional fabuloso que a Força Aérea Brasileira protege por meio das ações de Controlar, Defender e Integrar.
CONTROLAR
DEFENDER
INTEGRAR
MISSÃO DA FAB NA DIMENSÃO 22
Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria.
DIMENSÃO 22
DEFENDER
CONTROLAR
INTEGRAR
FAB
Território - 8.538.000 km² (Controle, Defesa, Integração e Busca e Salvamento)
Zona Econômica Exclusiva - 3.539.919 km² (Controle, Defesa, Busca e Salvamento)
Acordos Internacionais - 9.922.081 km² (Controle, Busca e Salvamento)
Total: 22 MILHÕES DE KM²

Figura 27 – **Representação gráfica (ilustrativa) do Sistema Dimensão 22**
Fonte: https://www.fab.mil.br/dimensao22/, acesso 07 julho de 2021.

5. 3 DEFESA CIBERNÉTICA

A defesa cibernética na região do Atlântico Sul é ação estratégica na expressão militar, em face das novas ameaças do século XXI. Para isso o EB atua no entorno estratégico brasileiro, por meio do Programa da Defesa Cibernética.

A Estratégia Nacional de Defesa estabeleceu três setores estratégicos para a Defesa Nacional: Nuclear, Espacial e Cibernético. Cada Força Armada recebeu a incumbência de gerenciar um desses setores e coube ao Exército capitanear o processo de estruturação do Setor Cibernético (END, 2020).

A dependência cada vez maior da rede mundial de computadores, verificada em praticamente todas as atividades humanas, a exemplo dos sistemas de defesa e das estruturas estratégicas, traz como consequência o aumento das

vulnerabilidades cibernéticas e ameaças importantes a instituições e pessoas, na verdade à sociedade como um todo, incluindo a região do Atlântico Sul (EPEx, 2021).

Alguns anos após a implantação de um Programa Estratégico voltado para a cibernética, no âmbito do Exército, o Ministério da Defesa (MD), por sua vez, criou o Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional para potencializar esse campo de atividades no País e no seu entorno estratégico. Esse Programa, que conta com dez projetos, tem a finalidade de incrementar as atividades de capacitação, doutrina, ciência, tecnologia e inovação, inteligência e operações, visando assegurar, de forma conjunta, o uso efetivo do espaço cibernético (preparo e emprego operacional) pelo MD e pelas Forças Armadas e impedir ou dificultar sua utilização contra os interesses nacionais (EPEx, 2021).

A criação do Comando de Defesa Cibernética, órgão conjunto e responsável pela coordenação e integração das atividades do setor, foi uma das primeiras iniciativas do Programa. Ao dotar o MD e as Forças Armadas dos meios necessários para exercer a defesa e o controle contínuo do espaço cibernético de interesse, esse Comando garantirá fluxo ágil e seguro de informações confiáveis e oportunas, impactando positivamente nas áreas científico tecnológica e industrial do País (EPEx, 2021).

Adicionalmente, a implantação e a consolidação da Estrutura de Desenvolvimento Conjunto de Defesa Cibernética dotará a Defesa Nacional com estruturas que permitam ao MD e às Forças Armadas atuarem perfeitamente integrados e coordenados (EPEx, 2021).

O Programa também contribuirá para o aumento da capacidade nacional de combate aos crimes cibernéticos, ligados às ameaças transnacionais, pela integração entre as ações do MD, das Forças Armadas e das agências governamentais envolvidas nessas atividades, contribuindo para dissuasão de ameaças desse setor na região do Atlântico Sul, o que poderá favorecer a proeminência estratégica brasileira no âmbito da ZOPACAS (EPEx, 2021).

5.4 PROSUB

A projeção de poder na região do Atlântico Sul é ação estratégica na expressão militar, em face das novas ameaças do século XXI. Para isso as FA

atuam no entorno estratégico brasileiro, por meio do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

Atendendo às diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, o PROSUB foi criado com a proposta de ampliar a estrutura nacional de defesa, incorporando à força naval quatro submarinos convencionais e um com propulsão nuclear, a serem fabricados no Brasil, com transferência de tecnologia de parceiros externos. O programa inclui ainda a construção de uma base naval e de dois estaleiros para apoio à operação dos novos meios (BARRETO, 2018).

Revolucionando a tecnologia brasileira e a indústria naval, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) representa um significativo avanço tecnológico no país, pautado em capital intelectual, engenharia sensível e tecnologia de ponta, além de incentivar a política de defesa, impulsiona a capacitação de pessoal e a soberania nacional (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Criado em 2008, por meio da parceria estabelecida entre o Brasil e a França, o PROSUB tem como objetivo a produção de quatro submarinos convencionais e a fabricação do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear. Contempla, além dos submarinos, a construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio à operação dos submarinos, que engloba os Estaleiros, a Base Naval e a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) no município de Itaguaí – RJ (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Os quatro submarinos convencionais brasileiros já estão em fase de construção. O primeiro deles será o Riachuelo (S-40) com previsão de lançamento no segundo semestre de 2018, depois virão o Humaitá (S-41) em 2020, o Tonelero (S-42) em 2021 e o Angostura (S-43) em 2022. Por fim, a Marinha construirá o primeiro Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR), que será batizado de "Álvaro Alberto", uma homenagem ao Almirante Brasileiro que foi o pioneiro no uso da tecnologia nuclear no País (BARRETO, 2018).

Figura 28 – **Representação gráfica (ilustrativa) do PROSUB**
Fonte: https://www.naval.com.br/blog/2020/01/12/programas-da-mb-em-2019-prosub/, acesso 08 julho de 2021.

Vale ressaltar que os quatro submarinos convencionais somar-se-ão aos cinco já existentes, incrementando a frota naval brasileira, aumentando o poder dissuasão das FA brasileiras, e consequentemente, com maior presença ao longo do Atlântico Sul (BARRETO, 2018).

Toda a tecnologia nuclear para o PROSUB está sendo desenvolvida no Brasil, por meio do Programa Nuclear da Marinha (PNM), nas instalações do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), colocando o Brasil no rol dos poucos países que dominam esta tecnologia, o que colabora para a proeminência estratégica do Estado Brasileiro, no âmbito da ZOPACAS e por consequência na região do Atlântico Sul (MARINHA DO BRASIL, 2021).

O projeto e construção do submarino com propulsão nuclear brasileiro dará uma nova dimensão ao Poder Naval de nosso País, pois sua superioridade em relação ao convencional proporcionará significativa soberania nas AJB, garantindo ao Brasil inegáveis capacidades de dissuasão e negação do uso do mar na área estratégica do Atlântico Sul (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Nesse contexto, a superioridade dos submarinos com propulsão nuclear é comprovada pelas distâncias e velocidades que alcançam. Enquanto os submarinos convencionais se deslocam a uma velocidade média de 6 nós (aproximadamente 11km/hora), os com propulsão nuclear chegam a 35 nós — quase 65 km/hora, permitindo que a velocidade deslocamento seja sextuplicada, o que favorece as ações de proteção do litoral brasileiro contra as novas ameaças. Além disso, o tempo submerso é ilimitado, condicionado apenas à capacidade de estoque de suprimentos,

ao passo que os convencionais necessitam emergir a cada 50 (cinquenta) dias, aumentando sobremaneira a capacidade de patrulhamento furtivo na região do Atlântico Sul (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Esse cenário aumenta a capacidade dissuasória do Brasil, contribuindo para a obtenção de maior protagonismo no âmbito da ZOPACAS, o que colabora para dissuasão das novas ameaças do século XXI na região do Atlântico Sul, o que poderá favorecer a proeminência estratégica brasileira nessa porção do Atlântico (BARRETO, 2018).

5.5 AÇÕES SUBSIDIÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS

O Emprego de operações conjuntas das FA na região do Atlântico Sul são ações estratégicas na expressão militar, em face das novas ameaças do século XXI. Para isso as FA atuam no entorno estratégico brasileiro, por meio de ações subsidiárias.

O conceito de desse tipo de acordo com o Glossário das FA: Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto (BRASIL, 2015).

Já as ações subsidiárias das FA de acordo com Manual de Campanha Operações:

> As atribuições subsidiárias das FA, estabelecidas por instrumentos legais, compõem-se de atribuições gerais e particulares. As atribuições gerais são cooperações com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. As atribuições subsidiárias particulares constituem a cooperação com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia. Destinam-se, ainda, à cooperação com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, a seguir, serão apresentadas recentes ações subsidiárias do Estado Brasileiro, na expressão militar, em face das ameaças no século XXI, visando a proeminência estratégica na região do Atlântico Sul.

5.5.1 Operação Amazônia Azul

Uma ação subsidiária de grande vulto foi a Operação "Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida! ” Essa operação conjunta, a qual fez parte de um esforço continuado

que as FA atuaram em virtude da ocorrência de manchas de óleo, na contenção e neutralização dos efeitos danosos à natureza e à população. As ações voltadas para esse fim ocorreram em conjunto com a Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira, Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal, Petrobras, Defesa Civil, além de outros órgãos municipais, estaduais e federais, empresas e universidades (BRASIL, 2019).

A Operação Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida foi organizada em três fases: a primeira, que teve como foco a remediação e a mitigação dos vestígios de óleo, foi encerrada em dezembro 2019, em seguida foi realizada a segunda fase com ações de manutenção e controle conduzidas pelas FA. No ano 2020 ocorreu a terceira fase, com ações de monitoramento da costa Brasileira (BRASIL, 2019).

O Exército Brasileiro foi empregado na Operação conjunta Amazônia Azul, com a missão de cooperar com a MB e a FAB, com organizações e agentes do governo na solução do problema das manchas de óleo derivadas do petróleo na costa nordestina brasileira e atuar em estreita coordenação com a Marinha do Brasil e demais instituições, seguindo a Diretriz de Planejamento de Atribuições Subsidiárias (DPAS 02/2019), da Chefia de Emprego do Comando de Operações Terrestres (COTER) (CCOMSEx, 2019).

Os militares do Exército atuaram na contenção do risco da contaminação ambiental da faixa de areia em 35 praias do nordeste, por meio de ações do Comando Militar do Nordeste (CMNE) nos estados do Piauí, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia. As ações incluíram, também, o emprego aéreo para o reconhecimento das áreas afetadas pelas manchas de óleo, em cooperação com a Marinha do Brasil e o IBAMA, demonstrando a capacidade das FA de desenvolver operações conjuntas em face de crimes ambientais na região do Atlântico Sul (CCOMSEx, 2019).

Nessa operação, as FA permaneceram em disponibilidade permanente por meio de ações de controle da ameaça do crime ambiental ocorrido nessa porção do Atlântico Sul e por intermédio de apoio logístico nas áreas atingidas pelo óleo, com uma estrutura mobilizada e de prontidão, colaborando para mitigar essa situação que afetou gravemente a região Nordeste do Brasil. Nesse sentido, a atuação do Estado Brasileiro, por meio da expressão militar, por meio da Operação

Conjunta Amazônia Azul, respondeu prontamente ao crime ambiental que afetou a costa brasileira e reforçou o trabalho incessante de contenção dos danos das áreas atingidas pelo óleo, contribuindo para dissuasão de ameaças ao meio ambiente semelhantes na região do Atlântico Sul. Dessa forma, as FA se mostraram capazes de atuar na mitigação de crimes ambientais nessa área estratégica (CCOMSEx, 2019).

5.5.2 Operação Covid-19

Outra atual ação subsidiária de grande vulto foi a Operação Covid-19. Essa operação conjunta, fez parte de um esforço continuado das FA que atuaram com a finalidade de mitigar os efeitos da pandemia global do vírus causador da Covid-19. Em março de 2020, o Ministério da Defesa ativou dez Comandos Conjuntos, que cobriram todo o território nacional, disponibilizando os recursos operacionais e logísticos necessários para apoiar as ações federais no combate à covid-19. Nesse contexto, inúmeras operações de descontaminação de pessoal, de ambientes públicos e de materiais foram desencadeadas por organizações militares das FA especializadas em Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) (CCOMSEx, 2021).

Além disso, as FA atuaram em todo o território nacional, disponibilizando suporte logístico e sanitário em suas localidades, com a execução de montagem de estruturas para possibilitar a campanha de vacinação contra a covid-19 nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e em postos de “drive-through” ou para o atendimento das demandas de assistência aos contaminados pelo coronavírus (CCOMSEx, 2021).

Ademais, as FA também realizaram atividades de transporte e de distribuição de materiais e equipamentos para a proteção individual no enfrentamento da covid-19. Além desses inúmeros produtos, de medicamentos e de suprimentos diversos, também foi executado o transporte de pacientes contaminados por via rodoviária, fluvial ou aérea, principalmente em áreas onde os militares são os únicos representantes do Estado Brasileiro. Nesse contexto, em face da ameaça dessa pandemia global, as FA demonstram capacidade de mitigar essa problemática, por meio da Operação Conjunta COVID-19, com desdobramento logístico complexo e eficiente, semelhante a uma situação de

emprego real, evidenciando que o país comprova ter competência de replicá-la em caso de conflito e no caso do surgimento de novas pandemias (CCOMSEx, 2021).

Dessa forma, durante o cenário da pandemia internacional, os Comandos Conjuntos das FA foram ativados e planejaram, coordenaram, controlaram e mantiveram um contínuo apoio logístico a centenas de operações simultâneas em todo o território nacional, sem qualquer interrupção no cumprimento de suas outras missões constitucionais, demonstrando capacidade de dissuasão contra esse tipo de nova ameaça do século XXI, favorecendo por consequência a proeminência estratégica brasileira no âmbito da ZOPACAS e na região do Atlântico Sul (CCOMSEx, 2021).

5.6 COOPERAÇÕES EM DEFESA

A cooperação militar das FA na região do Atlântico Sul é ação estratégica na expressão militar, em face das novas ameaças do século XXI. Para isso, as FA atuam no entorno estratégico brasileiro, por meio da cooperação em defesa com diversos países da ZOPACAS.

> Nos últimos dez anos, o governo brasileiro tem intensificado os seus esforços de cooperação – inclusive em defesa – com os países no perímetro do Atlântico Sul. Destacando a sua condição de país sul-atlântico, o Brasil busca uma aproximação com Estados da costa ocidental da África, não apenas com parceiros históricos, tais como Angola, Nigéria e África do Sul, mas também com os demais países litorâneos. Na América do Sul, o Brasil também reforça seus acordos de cooperação militar com a Argentina e o Uruguai. Apesar de muitos desses vínculos já existirem há décadas, os esforços atuais expressam maior intensidade e uma articulação crescente entre as políticas externa e de defesa brasileiras. Frente a um cenário em que o Atlântico Sul assume nova importância geopolítica, tanto para os atores da região quanto para os de fora, o Brasil utiliza a cooperação para promover a construção de uma identidade regional que começa a alterar as relações de poder nesse espaço. (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014).

Nesse contexto, a seguir, serão apresentadas recentes cooperações em defesa do Estado Brasileiro, na expressão militar, em face das ameaças no século XXI, no âmbito da ZOPACAS, visando a proeminência estratégica na região do Atlântico Sul.

5.6.1 Cooperação com o Senegal

A cooperação técnica em ensino militar brasileira é uma prática consolidada pelas FA ao longo de décadas. Ela atua prioritariamente em proveito do desenvolvimento de habilidades do país receptor, mas supõe-se que ela contribui

para a consecução dos interesses nacionais emanados pelas diretrizes expedidas pelo nível político-governamental. O Brasil tem acordos de cooperação técnica em ensino militar em diversos países membros da ZOPACAS localizados no Atlântico Sul, o que contribui para uma aproximação estratégica do Estado Brasileiro com essas nações (BARCELOS, 2020).

Com relação ao Senegal, país membro da ZOPACAS, o Brasil assinou um acordo de cooperação na área de Defesa no ano de 2010. O ano de 2013 marcou a aproximação inicial no campo da cooperação militar, com o início da previsão anual de uma viagem de instrução de dois meses no Senegal, com uma equipe de quatro militares para desempenhar a função de Assessor no Curso de Operações na Selva do Exército do Senegal. Essa missão era cumprida por monitores e instrutores do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e perdurou até 2015, contribuindo para difusão da doutrina brasileira nesse ambiente operacional, em face da ameaça de atuação de atores extra regionais na região do Atlântico Sul (BARCELOS, 2020).

Figura 29 – Ilustração da Cooperação do CIGS no Centro de treinamento de operações na selva do Senegal
Fonte: Relatórios de missão no exterior, 2020.

Em 2016, houve uma intensificação da cooperação técnica em ensino militar entre o Brasil e o Senegal, fruto das tratativas que vinham sendo firmadas. Inicialmente, foi instituída a Missão Brasileira de Cooperação em Engenharia Militar (MBCEM) no Senegal, com a designação de um Oficial de Engenharia do Quadro do Estado-Maior da Ativa (QEMA) e um Oficial do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) para desempenharem, respectivamente, as funções de Assessor

e Adjunto do Assessor Militar de Engenharia junto ao Exército Senegalês. Isso permitiu a inserção brasileira no ensino técnico-militar senegalês, com palestras e instruções sobre o Sistema de Engenharia Militar do Brasil para as Forças Armadas Senegalesas. Como desdobramentos positivos dessa iniciativa exitosa, a partir de 2017, os relatórios de adjuntos da MBCEM-Senegal apontam que, ao longo desses últimos quatro anos, desde que foi implantada a MBCEM, vem aumentando a realização de Cursos e Estágios, por demanda do Adido senegalês acreditado no Brasil, na área da Engenharia Militar, por parte de oficiais e praças senegaleses nos Centros de Formação do Brasil e, mais recentemente a matrícula de um Oficial do Senegal no Curso de Formação e Graduação em Engenharia de Fortificação e Construção no Instituto Militar de Engenharia (IME). Os relatórios apontam, ainda, que “a MBCEM é uma excelente oportunidade para o incremento das relações internacionais, no contexto do entorno estratégico da África ocidental, mormente porque é a única cooperação em Engenharia fora do continente americano” (BRASIL, 2020).

No que diz respeito à cooperação técnica nos cursos de formação, o Exército Brasileiro passou a designar, desde 2016, um oficial para desempenhar a função de instrutor na Escola Nacional de Oficiais da Ativa (ENOA) e um monitor para a função de monitor na Escola Nacional de Suboficiais da Ativa (ENSOA), pelo período de doze meses (BRASIL, 2015).

Figura 30 – Ilustração da Escola Nacional de Oficiais da Ativa (ENOA) no Senegal e as nações que possuem alunos nesse Escola
Fonte: Relatórios de missão no exterior,2020.

Um aspecto relevante levantado nos relatórios é que a ENOA e a ENSOA são escolas de “vocação regional”, isso é, que agrupam cadetes e alunos vindos de diversos países da África Ocidental e membros da ZOPACAS, tais como: Gabão, Camarões, Benin, Costa do Marfim, Gâmbia, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Togo. Os relatórios apontam que, tanto na ENOA quanto na ENSOA, são formados vários futuros chefes militares do continente africano, o que valoriza o contato de militares brasileiros com oficiais de mais 15 nações africanas, projetando a imagem das FA brasileiras em diversas nações do Atlântico Sul (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, a cooperação técnica em ensino militar Brasil Senegal, visualiza-se que as atividades desenvolvidas podem contribuir para fortalecer a imagem das FA nos países membros da ZOPACAS, dada a pluralidade do universo de alunos da ENOA e ENSOA que têm contato com os instrutores brasileiros, favorecendo proeminência estratégica na região do Atlântico Sul (BARCELOS, 2020).

5.6.2 Cooperação com a República Democrática do Congo (RDC)

Com a relação a RDC, outra nação membra da ZOPACAS, no âmbito das operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil obteve relevante para a projeção internacional, tendo em vista que “entre abril de 2013 e dezembro de 2015, a operação de paz na República Democrática do Congo (MONUSCO) teve, por solicitação da ONU, como comandante militar (*Force Commander*) um oficial-general do Exército Brasileiro”. Mais recentemente, em 2018, essa organização convidou o Brasil para participar da Missão das Nações Unidas na República Democrática no Congo (MONUSCO) com instrutores formados pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). O objetivo é conduzir um programa de instrução (*In-Mission Training Program*) voltado especificamente para as tropas que possuem a missão de proteger a população civil e de neutralizar ameaças internas, compostas por grupos armados que estão cometendo atrocidades no país (BRASIL, 2021).

Os militares da Equipe Especializada em Operações na Selva (*In-Mission Team*) realizam treinamento de tropas da missão, especialmente as que compõem a Brigada de Intervenção na região de Beni, onde há o grupo armado mais violento. O objetivo do envio desses instrutores e monitores brasileiros com

especialização em operações na selva é contribuir para a proteção de civis, para a estabilização do país e o apoio à implementação de paz, segurança e cooperação na República Democrática do Congo e na região do Atlântico Sul (BRASIL, 2021).

O *Jungle Warfare Mobile Training Team* (JWMTT) tem a finalidade de cooperar com a Brigada de Intervenção (FIB) e as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) no treinamento de planejamento e execução de operações na selva, com o objetivo de contribuir para o cumprimento do mandato da MONUSCO. Os treinamentos são executados nos níveis Brigada, Batalhão/Companhia, Comandantes (em todos os níveis) e Tropa (soldados). Segundo as informações prestadas pelos integrantes da JWMTT, os países que receberam treinamento foram a África do Sul, país membro da ZOPACAS, o Malawi, a Tanzânia (países componentes da FIB) e a República Democrática do Congo (RDC), favorecendo projeção da imagem da capacidade e operacionalidade das FA brasileiras e de seus profissionais nessa área do continente africano e por consequência no Atlântico Sul (BARCELOS, 2020).

Figura 32 – Foto da *Jungle Warfare Mobile Training* Team na RDC
Fonte:http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito//asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/12459346/, acesso 23 julho de 2021.

Nesse sentido, entende-se que a cooperação técnica em ensino militar com a RDC pode contribuir para fortalecer a imagem da expressão do poder militar do Estado Brasileiro no seu entorno estratégico, tanto pela nomeação de um *Force Commander* brasileiro pelo secretário-geral, quanto por meio do *Jungle Warfare Mobile Training Team*, que difunde conhecimento técnico especializado em operações na selva para tropas de várias nacionalidades no âmbito da MONUSCO, o que favorece a projeção de poder em alguns países membros da ZOPACAS, que participam dessa missão de paz e consequentemente no Atlântico Sul (BARCELOS, 2020).

5.6.3 Cooperação com a África do sul

Diante das novas ameaças do século XXI, a África do Sul, o país é um parceiro do Brasil no âmbito do Mercosul, do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Além disso, essas nações compartilham interesses comuns por meio do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, comumente abreviado para IBAS, também chamado de G3, que é um acordo feito entre Índia, Brasil e África do Sul de caráter político, estratégico e econômico. Assim, esses laços existem no contexto de uma cooperação em defesa mais ampla, como por exemplo, no projeto do míssil *A-Darter* – de aeronave para aeronave, com sistema de detecção infravermelho –, projeto lançado em 2006, com investimentos dos dois países (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014).

Em 2010, Brasil e África do Sul assinaram uma parceria estratégica que procura estimular a cooperação e o intercâmbio em segurança e defesa, e também destaca a possibilidade de projetos conjuntos na indústria de aviação. Neste documento, a seção sobre ciência e tecnologia reconhece o interesse bilateral em se desenvolver um programa sobre o fundo e os recursos marinhos do Atlântico Sul. O documento também reconhece a natureza estratégica do Atlântico Sul e reforça a ideia de cooperação conjunta entre o Brasil e os países da África pelo fortalecimento da ZOPACAS, em face do incremento de novas ameaças nessa região como a pirataria e o narcotráfico (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014).

A cooperação em defesa com a África do Sul está vinculada à iniciativa do Fórum Ibas, lançado em 2003, e inclui um grupo de trabalho em defesa que procura estabelecer programas de intercâmbio de pessoal e lançar cooperação trilateral em armamentos. Nesta iniciativa, foram estabelecidos exercícios militares

navais (IBSAMAR) entre os três países, que ocorrem no litoral sul-africano, região de localização mais central entre Brasil e Índia. O primeiro ocorreu em maio de 2008, comandado pela África do Sul, e o segundo em 2010, comandado pela Índia. O terceiro e último exercício ocorreu em outubro de 2012, sob a liderança do Brasil, e envolveu a participação de equipes de médicos e bombeiros na simulação de um desastre causado em uma comunidade costeira atacada por forças inimigas. O exercício buscou estimular a interoperabilidade das forças, objetivando futuras ações conjuntas de assistência humanitária e combate à pirataria e outras ameaças presentes no Atlântico Sul. Além disso, em 2012, pouco antes do IBSAMAR, a África do Sul também participou da nona edição de exercício naval com as marinhas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, chamado ATLASUR, que vem ocorrendo desde 1993 (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014).

Nesse contexto, de cooperação em defesa, o Brasil desenvolve em conjunto com a África do sul, importante país membro da ZOPACAS, o míssil *A-Darter.* O projeto coordenado pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), no lado brasileiro, engloba o desenvolvimento do armamento de quinta geração que vai equipar aeronaves de combate, como o Gripen NG. O míssil é do tipo ar-ar, com guiamento infravermelho, de curto alcance (entre 8 e 12 km). É um projeto de ponta entre dois países que tiveram um alinhamento de interesses e conseguiram comprovar a capacidade de nações da região do Atlântico Sul em fazer produtos de alta tecnologia na área de defesa (FAB, 2017).

Figura 321 – Representação gráfica (ilustrativa) do míssil A-Darter
Fonte:https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/29399/LAAD%202017%20%E2%80%93%20M%C3%ADssil%20A-Darter%20entra%20na%20fase%20de%20ensaios%20de%20certifica%C3%A7%C3%A3o, acesso em: 23 julho de 2021.

Diante das novas ameaças do século XXI, como a presença de potências extra regionais na região do Atlântico Sul, as características do míssil atendem aos desafios dos combates aéreos contra caças de última geração em ambientes hostis de contramedidas eletrônicas. Entre os diferenciais estão a capacidade de alto ângulo de visada e de manobra, a detecção de alvos além do alcance infravermelho, comunicação com a visualização integrado ao capacete, o chamado HMD - *Helmet-Mounted Display*, e contramedidas eletrônicas para evitar falsos alvos (FAB, 2017).

Dessa forma, além de equipar a defesa aérea da FAB, o projeto capacita a indústria nacional, especialmente a base industrial de defesa, para desenvolvimento de sistemas bélicos de alta tecnologia. Avibras, Mectron e a Opto Defesa e Espaço, do grupo Akaer, foram beneficiárias do processo de transferência de tecnologia. Assim, o desenvolvimento dessa tecnologia e a cooperação na expressão do poder militar com a África do Sul, favorece proeminência estratégica no âmbito da ZOPACAS e por consequência na região do Atlântico Sul.

5.6.4 Cooperação com Namíbia

Na seção sobre política externa e de defesa, o Livro Branco de Defesa argumenta que o compartilhamento do Atlântico Sul aproxima o Brasil dos países africanos, destacando que os projetos bilaterais ajudam na consolidação dos laços de cooperação no Atlântico Sul, sendo de vital importância em virtude do surgimento das novas ameaças do século XXI (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, em termos históricos, a relação de cooperação em defesa mais antiga do Brasil junto a países africanos no Atlântico Sul é, justamente, com a Namíbia, importante nação da ZOPACAS, que possui extenso litoral no Atlântico Sul. Desde 1992 – apenas dois anos após a independência da Namíbia em relação à África do Sul –, a Marinha brasileira vem cooperando com o país africano. O Brasil foi um dos maiores responsáveis pela criação da Marinha da Namíbia, inexistente à época da independência. Assim, o Brasil participou amplamente da formação de pessoal e estruturação da força naval do país (MEDEIROS, 2002). Em dezembro de 2001, foi assinado um novo acordo de cooperação. Desde então, a Marinha da Namíbia recebeu uma corveta, um navio e quatro lanchas-patrulha, e concluiu a compra de um navio fabricado em nossos estaleiros, contribuindo para a projeção de poder do Estado Brasileiro nessa região da África (TEIXEIRA e ANSELMO, 2010).

Ainda nesse quesito, O Brasil tem cooperado, especialmente, no que diz respeito à proteção do Atlântico Sul. Nesse sentido, a Marinha do Brasil é a principal responsável pela criação da Marinha namibiana (GUIMARÃES, 2015).

> "Programas foram estabelecidos bilateralmente pelo Brasil com a Namíbia, para o treinamento de oficiais de marinha e marinheiros, desde o início dos anos 1990. Eles foram aprofundados, nos anos 2000, através do Acordo de Cooperação Naval (ACN). No escopo deste, o Brasil ajudou a **criar e treinar os Fuzileiros Navais Namibianos**, além de assistir o estabelecimento do Serviço de Patrulha Marítima da Namíbia. Até hoje, centenas de namibianos **se formaram na Escola de Guerra Naval** brasileira Sob o ACN, o Brasil também mapeou a plataforma continental da Namíbia, tendo terminado, em 2007. **Também foram doados vários navios de guerra e barcos de patrulha, ressaltando-se a Corveta Purus, em 2004, que saiu de serviço em 2012**. Ademais, o Brasil tem uma **missão naval permanente em Walvis Bay, um dos melhores portos naturais do sudoeste africano**, no Atlântico Sul (GUIMARÃES, 2015, grifo nosso).

Ainda cabe destacar que, a cooperação com a Namíbia ilustra em muitos aspectos o funcionamento da cooperação brasileira, principalmente no contexto africano. Existe um elemento de benefício à indústria nacional, como no provimento de embarcações produzidas no Brasil para uso da Marinha da Namíbia, tal como previsto no acordo assinado em 2004. Outras iniciativas incluem um grupo de apoio técnico, a missão de assessoria naval e a doação de embarcações não mais em uso pela Marinha brasileira para a Marinha da Namíbia, colaborando para o protagonismo do Brasil no âmbito da ZOPACAS e para proeminência estratégica no Atlântico Sul (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014).

5.6.5 Cooperação com a Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP)

Diante das novas ameaças do século XXI no Atlântico Sul, o Brasil realiza cooperação em defesa com as nações da ZOPACAS e que também são membras da CPLP, como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Guiné Equatorial. No contexto das operações militares, tem destaque a Operação Felino, em que o Brasil participa da Operação FELINO desde os anos 2000. Coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas brasileiras (EMCFA), sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), este exercício objetiva o adestramento integrado dos militares para atuação em missões de paz e de assistência humanitária. Visa treinar de forma conjunta as Forças Armadas dos nove países

da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (GUIMARÃES, 2015).

Os treinamentos da série Felino iniciaram-se no ano 2000 e são uma oportunidade de promoção da cooperação, amizade e união entre as nações. A cada biênio são colocados países diferentes para sediar o evento. O Exercício foi batizado com o nome de Felino em razão deste mamífero selvagem estar presente nos continentes americano e africano. A última edição foi realizada em 2017, na cidade de Resende, ajudando assim, a promover a proeminência estratégica brasileira entre as nações sul-atlânticas (BARRETO, 2020).

Ainda nesse cenário, em relação a Cabo Verde, país membro da ZOPACAS e da CPLP, em março de 2013, o MD recebeu a delegação deste país, interessada principalmente no conhecimento do Brasil em relação a operações de busca e salvamento e em segurança marítima voltada para o combate ao tráfico de drogas e de pessoas. A Marinha brasileira se comprometeu em auxiliar Cabo Verde no mapeamento da sua plataforma continental. O Brasil também tem a intenção de doar uma ou duas aeronaves usadas para serem utilizadas pelas Forças Armadas de Cabo Verde no patrulhamento do seu litoral, ações que favorecem o protagonismo do Estado Brasileiro no Atlântico Sul (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014).

Além dos parceiros supracitados, a cooperação brasileira em defesa também abrange países menores, incluindo Estados como São Tomé e Príncipe, Benim, Guiné Bissau e Guiné Equatorial (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014).

Com a Guiné-Bissau, o Brasil possui um acordo militar que ajudou a constituir as primeiras Forças de Segurança do país, através da Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Militar. Navios de guerra, patrulheiros e uniformes navais foram doados para o país. O mesmo gesto foi estendido para São Tomé e Príncipe. Tanto este quanto Guiné-Bissau fazem parte da iniciativa de mapeamento da plataforma continental da CPLP. O Brasil, inclusive, abriu uma embaixada em São Tomé, em 2003, por motivos estratégicos: o arquipélago é central para o Golfo da Guiné. Por fim, o Brasil também vendeu uma corveta para Guiné Equatorial, em um acordo que incluía o treinamento de oficiais e soldados. Instrutores navais da Marinha do Brasil também foram enviados para Benim. Mais recentemente, em 2013, o Brasil inaugurou uma missão naval permanente no Cabo Verde, para

assistir o treinamento de guardas costeiros, contribuindo para a proeminência estratégica do Brasil no Atlântico Sul (GUIMARÃES, 2015).

5.6.6 Cooperação na América do Sul, com os países da ZOPACAS

Em face das novas ameaças do século XXI no Atlântico Sul, o Brasil realiza cooperação em defesa com as nações da ZOPACAS, a Argentina e o Uruguai. Nesse contexto, no âmbito da América do Sul, Brasil e Argentina realizaram muitos exercícios militares navais combinados. Pelo menos seis ocorreram desde 2000, sob o nome de Operação Araex, exercícios conjuntos entre a Armada Argentina e Marinha do Brasil, que permitiram as aeronaves *Super Etandard* (SUE) e S-2T argentinas operarem a bordo do Navio-Aeródromo (NAe) brasileiro São Paulo (GUIMARÃES, 2015).

Estas manobras militares visaram ao fortalecimento da confiança entre os envolvidos. Seus cenários simulados incluem a proteção de rotas marítimas, o estancamento de invasões, atuando para dissuadir eventuais ameaças no Atlântico Sul. Também ocorreram os exercícios chamados de Operação Fraterno, os quais simulam operações anfíbias, envolvendo os exércitos e as marinhas de ambos os países (GUIMARÃES, 2015).

O Brasil também realizou diversos exercícios militares navais com o Uruguai, chamados de Uruex. Neles, as respectivas marinhas operavam sob um quadro tático de manutenção de rotas marítimas livres de interferência externa no Atlântico Sul, além de simular também o combate a atividades ilegais em suas águas territoriais, tais como tráfico de drogas (GUIMARÃES, 2015).

Ademais, Brasil e Argentina realizaram no ano de 2020 a Operação Arandu com o objetivo: compartilhar o conhecimento sobre técnicas, táticas e procedimentos, visando aprimorar a operacionalidade de suas FA. Esse foi o cenário da Operação Arandu, um exercício combinado entre os Exércitos do Brasil e da Argentina, que aconteceu entre 14 e 20 de novembro de 2020, no Campo de Instrução Barão de São Borja (CIBSB), entre os municípios de Rosário do Sul e Cacequi, e no Campo de Instrução de Santa Maria (CISM), em Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, o que permitiu a troca de conhecimento doutrinário na expressão militar (CCOMSEx, 2021).

O exercício compreendeu ações táticas de força-tarefa blindada, operações aeroterrestres e aeromóveis, além do emprego de tropas de forças especiais.

Convém ressaltar que o 16º Grupo de Mísseis e Foguetes (16º GMF), sediado em Formosa (GO), executou um deslocamento estratégico, percorrendo cerca de 2.500 km por rodovia. Essa atividade é fundamental para deixar a tropa em condições para atuar em todo o território nacional (CCOMSEx, 2021), o que gera capacidade dissuasória para o Estado Brasileiro, em face da possibilidade de realizar deslocamentos estratégicos com essa nova tecnologia.

Como implementação inovadora, foi viabilizado o emprego dos Dispositivos de Simulação e Engajamento Tático (DSET) do Centro de Adestramento Sul (CA-Sul), que possui capacidade de instalar e operar o DSET em tropas de fuzileiros blindados e carros de combate *Leopard* 1A5. A utilização de simuladores acrescentou um grande realismo ao adestramento dos militares, permitindo o compartilhamento do uso de novas tecnologias com as tropas argentinas, o que contribui para projeção de poder dessas nações na região do Atlântico Sul (CCOMSEx, 2021).

Figura 33 – Slogan da Operação Arandu (Exercício Combinado)
Fonte: https://tecnodefesa.com.br/operacao-arandu-a-diplomacia-militar-entre-o-brasil-e-a-argentina/, acesso em: 27 julho de 2021

Resultante de um compromisso internacional entre o Brasil e a Argentina, a Operação Arandu fortalece a diplomacia militar entre os dois países, consolidando os laços de união e amizade. Além disso, entre os objetivos, estão a troca de informações doutrinárias, estabelecendo padrões comuns de trabalho combinado, consolidações de lições aprendidas, entendimento mútuo das táticas, técnicas e procedimentos a serem empregados pelas FA das duas nações participantes (BASTOS JR, 2020).

Além destes exercícios, ocorreram outros multilaterais com a presença de Brasil, Argentina e Uruguai, os quais, assim como os outros permitiram as FA Brasileira projetar poder e empregar a estratégia da dissuasão, contribuindo para a proeminência estratégica do Brasil no âmbito da ZOPACAS e em consequência no Atlântico Sul (BARRETO, 2018).

Em suma, as ações estratégicas brasileiras, na expressão militar, no âmbito da ZOPACAS, na região do Atlântico Sul visam aumentar sua área de influência na região, incrementando a sua projeção de poder, tudo isto para atender o objetivo da negação do mar a potências estrangeiras e mitigar as novas ameaças do século XXI. Observa-se que as medidas implementadas pelo Brasil, tanto em âmbito nacional como internacional, demonstram, principalmente nas atividades cooperação, o uso do *Soft Power* pelo Estado brasileiro, sendo ator de destaque na ZOPACAS e no Atlântico Sul, sem precisar se impor pelo uso da força (BARRETO, 2018).

Diante de tudo isto, observa-se a grande participação brasileira em assuntos de defesa, por meio de ações estratégicas apresentadas na região do Atlântico Sul e no âmbito da ZOPACAS, o que lhe confere protagonismo geopolítico naquela região (BARRETO, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a importância da liderança estratégica do Estado Brasileiro, na expressão militar do Poder Nacional, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em virtude do surgimento das novas ameaças do século XXI.

O Atlântico Sul se tornou região em crescente valorização estratégica na atualidade. Esse cenário é decorrente das novas descobertas em recursos naturais, especialmente o petróleo e o gás natural. As grandes potências econômicas globais necessitam de recursos estratégicos para manter seu desenvolvimento, atraindo novos atores para essa porção do Oceano Atlântico.

Aliado, a esse cenário no século XXI surgiram novas ameaças aos Estados, gerando ampla gama de fontes de instabilidade na região do Atlântico Sul, desde as mudanças climáticas e crimes ambientais, até questões de segurança, como o terrorismo, pirataria, pesca ilegal, a luta contra o crime organizado, as migrações ilegais e o narcotráfico, proporcionado diversos impactos nas expressões do Poder Nacional.

Nesse ínterim, o Estado Brasileiro age para aumentar seu protagonismo como líder regional e estabelece, conforme a PND (2020), a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países africanos lindeiros ao Atlântico Sul como seu entorno estratégico, e assim adota ações estratégicas para sua projeção nessa área geopolítica. Ademais, o Brasil participa de importante OI, denominado ZOPACAS, que possui grande relevância para discutir interesses comuns das nações banhadas pelo Atlântico Sul.

Nesse sentido, a atuação do Estado Brasileiro nessa área estratégica, no século XXI, estabeleceu, amparada na Estratégia Nacional de Defesa e na expressão Nacional do Poder militar, ações estratégicas para orientar os esforços da nação no sentido de obtenção de uma proeminência estratégica naquela região geopolítica e mitigar as novas ameaças que comprometem a soberania brasileira na região do Atlântico Sul.

Em síntese, a END é caracterizada pela obtenção de capacidades, no setor de defesa, visando o fortalecimento da expressão militar e o incremento da presença do Brasil em pontos-chave do Atlântico Sul, como em países da costa ocidental africana, com a finalidade de enfrentar os novos desafios do século XXI.

Nesse contexto, o Estado Brasileiro, promove ações e programas estratégicos como o PROSUB, o SisGAAz, o Programa Dimensão 22, a Defesa Cibernética, e além disso, diversas ações subsidiárias, e a cooperação em defesa com diversas nações membras da ZOPACAS, contribuindo para a projeção geopolítica do Brasil no Atlântico Sul.

Dessa forma, essas ações estratégicas favorecem ao Estado Brasileiro a capacitação para fazer frente as novas ameaças do século XXI que se apresentem na sua ZEE, materializada pela área denominada Amazônia Azul, incrementando a proeminência estratégica do Brasil na ZOPACAS, e por consequência no Atlântico Sul.

Outrossim, a presença brasileira no Atlântico Sul é concretizada, especialmente, por meio da cooperação em defesa com países membros da ZOPACAS, da costa ocidental africana, como Namíbia, Cabo Verde, Senegal, Guiné Bissau, República Democrática do Congo, África do Sul, dentre outros, e com os países da América do Sul (Argentina e Uruguai), promovendo o Estado Brasileiro no cenário Internacional como importante *player* nessa região estratégica global.

Contrapondo-se à estratégia brasileira, alguns óbices e ameaças têm dificultado o desenvolvimento de suas ações estratégicas. Os principais riscos que afetam a projeção brasileira no Atlântico Sul, são a existência de potências estrangeiros, principalmente por meio de bases militares instaladas na região, e as novas ameaças do século XXI, como os crimes ambientais, o terrorismo, a pesca ilegal e pirataria.

Entretanto, conclui-se que as ameaças apresentadas durante esse trabalho não se constituem como fatores impeditivos para o Estado Brasileiro fortalecer a sua proeminência estratégica no Atlântico Sul.

Sendo assim, do acima exposto, verifica-se que a hipótese levantada no início do presente trabalho se mostrou verdadeira, uma vez que o Brasil tem alcançado o êxito na contenção das novas ameaças do século XXI no Atlântico Sul, empregando as ações estratégicas, na expressão militar, e devido sua atuação em organizações intergovernamentais, como o ZOPACAS, e além disso da cooperação no setor de defesa com os países dessa área, favorecendo sua proeminência estratégica no cenário sul-atlântico.

Por fim, as ações estratégicas, na expressão militar do poder nacional, e no âmbito da ZOPACAS, para obtenção da liderança estratégica no Atlântico sul, em face das novas ameaças no século XXI, estão de acordo com objetivos traçados pela PND, e pela END, e tem, paulatinamente, levado o Estado Brasileiro ocupar lugar de visibilidade no cenário internacional, tornando-o reconhecido como um destacado *player* regional no Atlântico Sul.

REFERÊNCIA

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014.

AGUIAR, Valéria. Governo inaugura cabo submarino que conecta Brasil à Europa. **O Bom DA NOTÍCIA.** Disponível em: https://www.obomdanoticia.com.br/brasil-mundo/governo-inaugura-cabo-submarino-que-conecta-brasil-a-europa/118368. Acesso em: 01 junho 2021.

ANYIMADU, Adjoa. **Maritime Security in the Gulf of Guinea**: Lessons Learned from the Indian Ocean, Africa. 2013.

AUGUSTO, Thaís. Como funciona a tecnologia que conecta pessoas e continentes. **Canaltech.** Disponível em: https://canaltech.com.br/telecom/cabos-submarinos-como-funciona-a-tecnologia-que-conecta-pessoas-e-continentes-133033/. Acesso em: 01 junho 2021.

BARBOSA, Luísa Calvete Portela. **A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS):** criação, projeção e dimensão político-estratégica. 2015.

BARCELOS, Rodrigo Mendes Régua. **A cooperação técnica em ensino militar do Exército Brasileiro na África de 2015 a 2019 e suas contribuições para a política externa do Brasil.** 2020.

BARNEZ, Carolina. **Amazônia Azul: nossa riqueza no mar**.2018. Disponível em: https://www.tempo.com/noticias/actualidade/amazonia-azul.html. Acesso em: 01 junho 2021.

BARRETO, Eduardo Menna. **A participação do Brasil nas instituições multilaterais como forma de projeção do país no Atlântico Sul.** 2020.

BARRETO, Ricardo Pereira. **A estratégia brasileira, na expressão militar do poder nacional, para obtenção do protagonismo no Atlântico Sul no século XXI**. 2018.

BASTOS JR, Paulo Roberto. **Operação Arandu – A diplomacia militar entre Brasil e Argentina.** Disponível em: https://tecnodefesa.com.br/operacao-arandu-a-diplomacia-militar-entre-o-brasil-e-a-argentina/. 2020. Acesso em: 27 de julho 2021.

BEIRÃO, André Panno; PIÑON, Charles. A IMO e a repressão ao roubo armado contra navios: da retórica internacional à cooperação regional. **Revista de Direito Internacional**, v. 12, n. 1, p. 264-287, 2015.

BEZERRA, MÁRCIO. **Geografia do Narcotráfico: A Economia Ilegal em Questão.** Disponível em: https://profgeomarciobezerra.blogspot.com/2010/08/7-serie-geografia-do-narcotrafico.html. Acesso em: 05 de junho 2021.

BORDALO, RICARDO. Golfo da Guiné é o novo hotspot da pirataria naval. **NOVO JORNAL**. Disponível em: https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/golfo-da-guine-e-o-novo-grande-hotspot-da-pirataria-naval---potencias-mundiais-da-marinha-mercante-comecam-a-temer-pelo-futuro---angola-esta-no-radar-da-criminalidade-no-mar-101349.html. Acesso em: 05 junho 2021.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Cooperação Técnica Brasileira. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.** Disponível em: http://www.abc.gov.br/zopacas. Acesso em: 21 março 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP). **Boletim da Produção de Petróleo e Gás 2020.** Disponível em: http://www.anp.gov.br/arquivos/publicacoes/boletins-anp/producao/2020 02boletim.pdf, Acesso em: 01 junho 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. **Política Nacional de Inteligência (PNI).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm#:~:text=A%20PNI%20define%20os%20par%C3%A2metros,Brasileiro%20de%20Intelig%C3%AAncia%20(SISBIN). Acesso em: 02 junho 2021.

BRASIL. Estado-Maior de Defesa. **MD 35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Estado-Maior de Defesa. **MD 30-M-01**: Doutrina de Operações Conjuntas. 1. V. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Exército. CCOMSEx. **Revista Verde Oliva**: Ano XLVII. Nº 248. DEZEMBRO 2019. Centro de Comunicação Social do Exército. Operação Amazônia Azul. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Exército. CCOMSEx. **Revista Verde Oliva**: Ano XLVIII. Nº 253. MARÇO. 2021. Centro de Comunicação Social do Exército. Operação COVID-19. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB70-MC-10.223**: Manual de Campanha – Operações. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.102**: Manual de Fundamentos – Doutrina Militar Terrestre. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-03.106**: Manual de Fudamentos Estratégia. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Exército. **EPEx.** Disponível em: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-cibernetica. Acesso em: 07 julho 2021.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. **Dimensão 22.** Disponível em: https://www.fab.mil.br/dimensao22/. Acesso em: 07 julho 2021.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. **Míssil A-Darter entra na fase de ensaios de certificação.** Disponível em: https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/29399/LAAD%202017%20%E2%80%93%20M%C3%ADssil%20ADarter%20entra%20na%20fase%20de%20ensaios%20de%20certifica%C3%A7%C3%A3o. Brasília, DF, 2017. Acesso em: 24 julho 2021.

BRASIL. Governo do Brasil. **Operação Amazônia Azul vai entrar em nova fase**. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2019/11/operacao-amazonia-azul-vai-entrar-em-nova-fase. Acesso em: 18 de julho 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Amazônia Azul.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/delareis/?q=amazoniazul. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Bem-vindo à Amazônia Azul.** Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em: 21 março 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040).** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/pem2040. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **PROSUB.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub. Acesso em: 30 março 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **PROSUB.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/prosub/estrutura. Acesso em: 09 julho 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Simpósio ZOPACAS.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/simposiozopacas/pt-br/node/26. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **SisGAAz: Proteção e Monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras. Acesso em: 07 julho 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 19, p. 44- 48, 11 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenário de Defesa 2020-2039.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa.** 2. ed. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília,** 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Relatórios de missão no exterior**. Brasília, DF, 2020 c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Especialistas em Guerra na Selva do Brasil são convidados pela ONU para atuarem como instrutores em missão de paz no Congo**. Brasília, DF. Disponivel em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/12459346. Acesso em: 23 julho 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).** Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas. Acesso em: 27 março 2021.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Relatório de Importações e Exportações realizadas Brasil x África em 2019**. Brasília, 2019.

CALIXTO, BRUNO. Boko Haram e um massacre que pode ser visto por satélite. **Época.** Disponível: https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2015/01/boko-haram-e-um-bmassacre-que-poder-ser-visto-por-sateliteb.html. Acesso em: 05 junho 2021.

CASTRO, Therezinha de. **Brasil da Amazônia ao Prata,** 1983. Rio de Janeiro: Editor: Colégio Pedro II.

CARDOSO, José Carlos. **O Líder Estratégico: sua importância e competências na era do conhecimento** / Gen Div José Carlos Cardoso. - Rio de Janeiro: RJ, 2014.

CARDOSO, M. J. **As Operações Aeronavais Conjuntas Entre As Marinhas Do Brasil E Da Argentina E Sua Importância Para A Segurança E Defesa Regional**

Do Atlântico Sul. Rio de Janeiro, 2004.

CARDOSO, Rafael. **Navio que trouxe primeiros casos da variante indiana de Covid ao Brasil saiu da Malásia e passou pela África do Sul.** 2021. G1. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/05/20/navio-que-trouxe-primeiros-casos-da-variante-indiana-de-covid-ao-brasil-saiu-da-malasia-e-passou-pela-africa-do-sul-entenda.ghtml. Acesso em: 05 julho 2021.

CARMONA, P. S. **A Importância Estratégica do Golfo da Guiné numa Perspetiva Nacional**. Instituto Univercitário Militar, Lisboa, 2019.

COSTA, W. M. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia**, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9839>. Acesso em: 21 março 2021.

CNN. Quase todos os países já registraram coronavírus e pandemia se acelera, diz OMS. **CNN**, 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/03/23/quase-todos-os-paises-ja-registraram-coronavirus-e-pandemia-se-acelera-diz-oms. Acesso em: 05 junho 2021.

DE ALMEIDA SILVA, Antônio Ruy. As novas ameaças" e a Marinha do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 7, p. 32, 2006.

Decreto nº 99.165/1990, de 12 de março de (1990). Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 14/3/1990, Página 5169. Brasília. Câmara dos Deputados.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

DE OLIVEIRA MAFRA, Roberto Machado. Teorias geopolíticas e cenários prospectivos. **A Defesa Nacional**, v. 93, n. 809, 2007.

DESIDERI, Leonardo. Internacionalização da Amazônia: o que é verdade e o que é mito, **Gazeta do Povo**, 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/internacionalizacao-da-amazonia-mitos-e-verdades/. Acesso em: 05 julho 2021.

DE SOUSA, José Carlos Rodrigues. A PESCA PREDATÓRIA NO RIO CUIABÁ COMO CRIME AMBIENTAL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ NO PERÍODO DE PIRACEMA. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 6, n. 1, 2014.

FILHO, P. L. S. **BRASIL E ÁFRICA DO SUL**: cooperação para a segurança marítima do Atlântico Sul. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

FILHO, Pio Penna. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. **E ATLÂNTICO SUL**, p. 149, 2015.

FILHO, Paulo Roberto da Silva. Desafio e Resposta. **ESTADO DE SÃO PAULO**, 2020. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,desafio-e-resposta,70003246666. Acesso em: 23 maio. 2021.

FLEMES, D. Conceptualising Regional Power in International Relations : Lessons from the South African Case Daniel Flemes**. German Institute of Global and Area Studies (GIGA)**, v. 53, n. June, p. 1–60, 2007.

FONSECA, Hebert Cássio Guimarães. **O Brasil e os desafios da defesa do Atlântico Sul**. 2018.

FORD, Alessandro. Pesca ilegal chinesa em Galápagos: ameaça à biodiversidade do Pacífico latino-americano. **OPENDEMOCRACY**, 2020 Disponível em: https://www.opendemocracy.net/pt/pesca-ilegal-china-galapagos-biodiversidade-pacifico-america-latina/. Acesso em: 05 junho 2021.

FRANÇA, Raíssa. O mistério das manchas de petróleo que surgiram no Nordeste. **BBC NEWS BRASIL**, 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49887444. Acesso em: 30 março. 2021.

FRANÇA. Ministère des Armées. **Dispositif opérationnel français déployé à travers le monde**. Disponível em: https://www.defense.gouv.fr/operations/rubriques_complementaires/dispositif-operationnel-francais-deploye-a-travers-le-monde. Acesso em: 04 junho 2021.

FRANÇA. **Livre Blanc sur la défense et la sécurité nationale.** Paris. 2013. Disponível em: < http://www.livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr>. Acesso em: 04 junho 2021.

GALANTE, Alexandre. Brasília recebe o Simpósio 'Amazônia Azul 2018 – Patrimônio brasileiro a preservar e proteger'. **Poder Naval**, 2018. Disponível em: https://www.naval.com.br/blog/2018/11/07/brasilia-recebe-o-simposio-amazonia-azul-2018-patrimonio-brasileiro-a-preservar-e-proteger/. Acesso em: 20 maio 2021.

GUIMARÃES, B. G. **A estratégia geopolítica brasileira para o Atlântico Sul**. Tensões Mundiais , pp. 259-293, 2015.

GREGORY, Valdecir. Clausewitz nos conflitos atuais. **A Defesa Nacional,** v. 103, n. 830, 2016.

GRAGNANI, Juliana. O que significa para o Brasil se tornar um 'aliado preferencial extra-Otan' dos EUA? **BBC NEWS**. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49199195. Acesso em 05 julho 2021.

GUIA DO ESTUDANTE. **Internacional: África O continente que depende das exportações de matérias primas e é afetado pela queda internacional dos preços.** Disponível em: https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem-play/materia-primas-ditam-a-economia-da-africa/acessado/. Acesso em 05 junho 2021.

HORING, Jéssica da Silva; WEBER, Leonardo; CLOSS, Marília Bernardes. **A Presença de Potências Extrarregionais como ameaça à manutenção da Zona de Paz e Cooperação.** UFRGS. Model United Nations. v.2, p. 479-529, 2014.

INTERNATIONAL CHAMBRE OF COMMERCE. Golfo da Guiné registra o maior número de tripulantes sequestrados em 2020. **ICC**, 2020. Disponível em: https://www.icc-ccs.org/index.php/1301-gulf-of-guinea-records-highest-ever-number-of-crew-kidnapped-in-2020-according-to-imb-s-annual-piracy. Acesso em: 30 março 2021.

JUDICE, L. P. C., PIÑON, C. P. **A Defesa do Ouro Negro da Amazônia Azul**. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação LTDA, 2016.
JUNIOR, Aloysio Bastos Vianna Da Silva. **A liderança estratégica e sua influência nas organizações:** Subsídios para o Aperfeiçoamento do Curso da Altos Estudos Militares. 2008.

JUNIOR, Carlos Silva. Pesca Ilegal na América do Sul: pontos de atenção e dilemas. **Defesanet**, 2020. Disponível em: https://www.defesanet.com.br/toas/noticia/38743/Pesca-Ilegal-na-America-do-Sul--pontos-de-atencao-e-dilemas/. Acesso em: 24 maio 2021.

NASSER, R. M; MORAES, R. F. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico América do Sul e Atlântico Sul.** Brasília: Ipea, 2014.

MARINERA, Gaceta. ARGENTINA - Navio patrulha oceânico ARA “Bouchard” capturou barco de pesca chinês por pesca ilegal na ZEE. **Defesanet**, 2020. Disponível em: https://www.defesanet.com.br/ar/noticia/36664/ARGENTINA---Navio-patrulha-oceanico-ARA-%E2%80%9CBouchard%E2%80%9D-capturou-barco-de-pesca-chines-por-pesca-ilegal-na-ZEE/. Acesso em: 24 maio 2021.

MEDEIROS, R. C. O acordo de cooperação militar Brasil-Namíbia como instrumento de consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. **Revista Marítima Brasileira**, v. 122, n. 7, p. 167-190, 2002.

MELO, Daniella da Silva Nogueira de. **Atuação da OTAN no Atlântico Sul.** 2018**.**

MOURA, Isabella de Mayer. Os grupos terroristas que atuam no mundo, de acordo com os EUA. **Gazeta do Povo**, 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-grupos-terroristas-que-atuam-no-mundo-de-acordo-com-os-eua/, acesso em: 05 junho 2021.

NEVES, André Luiz Varella. **Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI.** Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2013.

OPERACIONAL. **Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a Defesa Nacional**. Disponível em: https://www.revistaoperacional.com.br/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional/. Acesso em: 03 junho 2021.

PADILHA, Luiz. **Governo aponta risco de conflito na América do Sul citando pré-sal e Amazônia.** Disponível em: https://www.defesaaereanaval.com.br/defesa-nacional/governo-aponta-risco-de-conflito-na-america-do-sul-citando-pre-sal-e-amazonia. Acesso em: 03 junho 2021.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha**. O Jogo de Poder Na Faixa Atlântica do Entorno Estratégico Nacional e seus Reflexos para a Defesa e Projeção do Brasil.** Brasília: IPEA, 2015

PETROBRAS. **Exploração de Petróleo e Gás. Bacias**. Disponível em: https://petrobras.com.br/pt/nossasatividades/principaisoperacoes/bacias/index.shtml, acesso em 02 junho 2021.

PODER NAVAL. **Poder Naval no Seminário da Amazônia Azul**. 2010. Disponível em: https://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/. Acesso em: 03 junho 2021.

PODER NAVAL. **Brasília recebe o Simpósio 'Amazônia Azul 2018 – Patrimônio brasileiro a preservar e proteger'**. 2018. Disponível em: https://www.naval.com.br/blog/2018/11/07/brasilia-recebe-o-simposio-amazonia-azul-2018-patrimonio-brasileiro-a-preservar-e-proteger/. Acesso em: 03 junho 2021.

RODRIGUES, Marcos Amadeus Sousa. **Relação Brasil e países membros da zona de paz e cooperação do Atlântico Sul.** 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos na América do Sul. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 45, 2015.

RUCKS, J. T. **A geopolítica do Atlântico Sul: a importância do ZOPACAS para o Brasil.** Porto Alegre: EdUFRS, 2014.

SILVA, Marcelo Reis da. **A importância das relações Brasil-África na segurança do Atlântico Sul**. 2020.

TEIXEIRA, V. M.; ANSELMO, R. C. M. S. As expectativas brasileiras sobre o Atlântico Sul para o século XXI: geopolítica e desenvolvimento tecnológico. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: ENG, 2010.

TITO GEOPOLÍTICA. **Entorno Estratégico Brasileiro: estabelecimento de bases chinesas e seus possíveis desdobramentos.** 2018. Disponível em: https://www.atitoxavier.com/post/entorno-estrat%C3%A9gico-brasileiro-estabelecimento-de-bases-chinesas-e-seus-poss%C3%ADveis-desdobramentos. Acesso em: 03 junho 2021.

TORRES, Isabelle. Tráfico de pessoas. **ISTOÉ**. Disponível em: https://istoe.com.br/170188_TRAFICO+DE+PESSOAS/. Acesso em: 05 de junho 2021.

WEDIN, L. **Estratégias marítimas do século XXI – A contribuição do Almirante Castex**. Rio de Janeiro: Nuvis, 2015.

UNODC, United Nation on Drugs and Crime. **World Drug Report 2013**, United Nations publication, 2013, p. IX executive summary.